

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 19 de maio de 2025 - Ata n.º 40.

Aos dezenove dias do mês de maio de dois mil e vinte e cinco, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. A Sr.^a Presidente, Deputada **Flávia Francischini**, secretariada pelos Sr.^s Deputados **Tercilio Turini** (na função de 1.^º Secretário) e **Cloara Pinheiro** (na função de 2.^a Secretária), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **40.^a Sessão Ordinária da 3.^a Sessão Legislativa da 20.^a Legislatura.**

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a Sessão Ordinária desta segunda-feira. Consulto o 1.^º Secretário se há Expediente a ser lido.

SR. 1.^º SECRETÁRIO (Deputado Tercilio Turini – PSD): Sim, Sr.^a Presidente. (Procedeu à leitura dos documentos que compunham o Expediente do dia.)

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 326/2025** do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, encaminhando relatório de atividades referente ao 1.^º trimestre de 2025, para conhecimento de todos os parlamentares, em conformidade com a disposição contida no art. 75, §4.^º da Constituição do Estado do Paraná; **Ofício n.º 330/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 661/2023, que foi convertido na Lei n.º 22.412; **Ofício n.º 331/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 232/2024, que foi convertido na Lei n.º 22.414; **Ofício n.º 332/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 776/2024, que foi convertido na Lei n.º 22.413;

Ofício n.º 333/2025 do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 652/2024, que foi convertido na Lei n.º 22.410; **Ofício n.º 334/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 228/2024, que foi convertido na Lei n.º 22.409; **Ofício n.º 335/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 117/2025, que foi convertido na Lei n.º 22.411; **Ofício n.º 336/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 454/2024, que foi convertido na Lei n.º 22.407; **Ofício n.º 337/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 456/2024, que foi convertido na Lei n.º 22.408; **Ofício n.º 339/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 203/2025, que foi convertido na Lei n.º 22.415; **Ofício n.º 340/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 219/2025, que foi convertido na Lei n.º 22.416; **Ofício n.º 341/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 183/2025, que foi convertido na Lei n.º 22.417; **Ofício n.º 342/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 664/2024, que foi convertido na Lei n.º 22.418; **Ofício n.º 439/2025** da Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba, encaminhando resposta a requerimento do Deputado Denian Couto; **Ofício n.º 931/2025** do Tribunal de Justiça do Paraná, encaminhando Anteprojeto de Lei (autuado sob o n.º 340/2025) que altera dispositivos da Lei n.º 21.811, de 2023, relativamente aos cargos em comissão e funções comissionadas do quadro de pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná vinculadas à Corregedoria-Geral da Justiça e Corregedoria da Justiça; **Ofício n.º 990/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a Requerimento do Deputado Batatinha; **Ofício n.º 991/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a Requerimento da Deputada Mabel Canto; **Ofício n.º 992/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a Requerimento dos Deputados Mabel Canto, Cantora Mara Lima, Márcia Huçulak, Flávia Francischini, Maria Victoria, Cloara Pinheiro, Ana Julia, Cristina Silvestri, Luciana Rafagnin e Marli Paulino; **Ofício n.º 993/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a Requerimento dos Deputados Marli Paulino, Cloara Pinheiro, Marcia Huçulak, Alisson Wandscheer, Artagão

Junior, Dr. Antenor, Gilberto Ribeiro, Samuel Dantas e Goura; **Ofício n.º 994/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a Requerimento da Deputada Cantora Mara Lima; **Ofício n.º 995/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a Requerimento do Deputado Ney Leprevost; **Ofício n.º 996/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a Requerimento do Deputado Cobra Repórter; **Ofício n.º 997/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a Requerimento do Deputado da Deputada Cantora Mara Lima; **Ofício n.º 998/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a Requerimento da Deputada Ana Julia; **Ofício n.º 999/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a Requerimento do Deputado Ney Leprevost; **Ofício n.º 1000/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a Requerimento do Deputado Alexandre Curi; **Ofício n.º 1001/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a Requerimento do Deputado Ricardo Arruda; **Ofício n.º 1002/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a Requerimento do Deputado Ney Leprevost; **Ofício n.º 1003/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a Requerimento da Deputada Maria Victória; **Ofício n.º 1004/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a Requerimento da Deputada Maria Victória; **Ofício n.º 1005/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a Requerimento da Deputada Cantora Mara Lima; **Ofício n.º 1006/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a Requerimento do Deputado Evandro Araújo; **Ofício n.º 1971/2025** do Conselho Federal de Medicina, encaminhando resposta a Requerimento de autoria do Deputado Ney Leprevost.

Mensagens: (Encaminhadas à Diretoria Legislativa para providências.)

Mensagem n.º 39/2025 do Governador do Estado, encaminhando Projeto de Lei (autuado sob o n.º 336/2025) que autoriza a filiação da Secretaria de Estado da Cultura, como membro efetivo, ao Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura; **Mensagem n.º 40/2025** do Governador do Estado, encaminhando Projeto de Lei (autuado sob o n.º 337/2025) que institui Programa de Parcelamento de Débitos Tributários de Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de comunicação às sociedades cooperativas em liquidação de que trata a Lei Federal n.º 5.764, de 1971; **Mensagem n.º 41/2025**

do Governador do Estado, encaminhando Projeto de Lei (autuado sob o n.º 338/2025) que autoriza a designação para serviço ativo, em caráter transitório e mediante aceitação voluntária, de praças da Polícia Militar do Paraná e do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná transferidos para a reserva remunerada.

Era isso, Sr.^a Presidente.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Primeiro orador inscrito, no horário do Pequeno Expediente: Deputado Goura. Gostaria de anunciar também a presença do Sr. Altair Mariano Kratzler, representando o Presidente da OAB-PR.

DEPUTADO GOURA (PDT): Boa tarde, Sr.^a Presidente, V.Ex.^a Deputada Flávia Francischini, Deputada Cloara, Deputado Tercilio, que presidem a nossa Sessão. Saudando V.Ex.^{as}, estendo meus cumprimentos a todos os meus colegas Parlamentares, a imprensa, os cidadãos paranaenses, os servidores que acompanham a nossa Sessão. Uma homenagem especial também à Defensoria Pública, que será homenageada logo na sequência, na figura do Dr. Matheus. A todos os defensores e defensoras do Paraná, os nossos cumprimentos. Subo aqui hoje ao Plenário, Sr.^a Presidente, para fazer uma homenagem ao Simepar. O Simepar é o Sistema de Tecnologia e Monitoramento Ambiental do Paraná e, hoje, esta homenagem será feita a diversos profissionais, cientistas, pesquisadoras e pesquisadores que integram esse corpo técnico dessa empresa tão importante, que presta um serviço imprescindível para o desenvolvimento do nosso Estado. Inicio saudando o Diretor-Presidente, Dr. Paulo de Tarso, que aqui se encontra conosco. Em seu nome, além dos nossos homenageados e homenageadas, estendo meus cumprimentos a toda equipe do Simepar que acompanha a nossa Sessão de hoje. Estive lá, Sr.^a Presidente, nas instalações do Simepar, recentemente, que fica ali junto ao Centro Politécnico da Universidade Federal do Paraná, e pude ver diretamente o laboratório. E até faço uma extensão: é muito importante que todos os Deputados vão até lá, Paulo, que conheçam as instalações, o trabalho de ponta que é feito aqui em Curitiba, mas também em diversas partes do Estado, e que merece todo o nosso apoio.

Estamos vivendo um momento de mudanças climáticas e isso não é mais uma profecia ou um alerta para o futuro, é uma realidade do presente. Então, todo investimento que é feito para monitorarmos o clima e podermos, junto com a Defesa Civil, junto com os órgãos competentes, alertar a população sobre situações de eventos climáticos extremos... isso tudo é imprescindível, tanto para salvarmos vidas em eventos climáticos extremos, mas também para preparamos as nossas cidades, preparamos o campo, preparamos as infraestruturas necessárias para esses tempos tão difíceis e tão desafiantes que temos pela frente. O Simepar foi criado em 17 de março de 1993 e, em 2013, foi reestruturado como serviço social autônomo. É uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, vinculada à Secretaria do Desenvolvimento Sustentável, a Sedest, e, como eu disse, tem uma função estratégica na produção de dados e informações para políticas públicas não só do meio ambiente, mas também da agricultura, do desenvolvimento industrial do Estado do Paraná. O Simepar é essencial para o Estado do Paraná, porque fornece previsões meteorológicas confiáveis que impactam diretamente a produção agrícola, a logística, a geração de energia e, obviamente, a prevenção de desastres. Na agricultura, o Simepar ajuda a definir o melhor momento para plantar e colher, reduzindo perdas causadas por estiagem, geadas ou excesso de chuvas; na logística, antecipa condições climáticas que afetam o escoamento da produção; na energia, orienta a gestão dos reservatórios hidrelétricos; e junto à Defesa Civil, que é a Defesa que faz os alertas – aprendi isso com a equipe que nos orientou –, que evitam tragédias e reduzem gastos públicos com emergências. O retorno econômico do investimento em meteorologia é alto. Cada R\$ 1,00 pode gerar R\$ 10,00 em ganhos e economia, segundo a Organização Meteorológica Mundial. Parabéns ao Simepar, ao Diretor-Presidente, Paulo de Tarso, e a toda equipe que faz dessa empresa o orgulho do Paraná. Entregaremos, Sr.^a Presidente, algumas Menções Honrosas e eu destaco aqui e aproveito para nominá-las. A primeira delas é para Sheila Paz, que há quase 20 anos – desde junho de 2005 – está no Simepar, é meteorologista com mestrado em sensoriamento remoto e tem MBA em gestão. Também temos o Fernando Mendonça Mendes, que soma mais de

23 anos do Simepar, foi efetivado em 21 de janeiro de 2002, após iniciar como bolsista em 2000 e é bacharel em meteorologia. Também o Lizandro Jacóbsen, que completa amanhã, 20 de maio, 22 anos de Simepar. Está na empresa desde 2003, tendo iniciado como bolsista, e é formado... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Um minuto para concluir, Deputado.

DEPUTADO GOURA (PDT): Obrigado, Presidente. Possui mestrado em sensoriamento remoto. O Marco Antônio Rodrigues Jusevicius, Coordenador de Operações, que contribui com o Simepar há mais de 22 anos. O Paulo Ricardo Bardo Barbieri tem pouco mais de 14 anos de Simepar, graduado em meteorologia e mestre na mesma área pelo Inpe. O Reinaldo Omar Kneib dedica-se ao Simepar há mais de 20 anos, após o período como bolsista desde 2003, e é também meteorologista com mestrado pelo Inpe. E o Samuel Braun também celebra amanhã, 20 de maio, 22 anos de Simepar, também bolsista, que possui mestrado em ciências atmosféricas e MBA pela Uninter. Nossos parabéns em nome de toda Assembleia Legislativa, em nome da sociedade do Paraná, ao Simepar. O Presidente Paulo de Tarso também receberá, representando a empresa. Nossos cumprimentos e que sempre, Sr.^a Presidente, a ciência norteie as políticas públicas. É isso que desejamos. Parabéns ao Simepar! (Aplausos.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Esta Presidência também faz uso da palavra para parabenizá-los e vamos ao segundo orador: Deputada Luciana Rafagnin.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Senhora Presidente, Sr.^s Deputados e Deputadas. Faço uso da tribuna neste dia porque é um dia bastante especial. Hoje, 19 de maio, é o Dia Nacional da Doação do Leite Materno, ou do leite humano. E temos ciência da importância que tem o leite materno para salvar vidas dos bebês. De uma maneira, bem especial, os bebês prematuros, os bebês que estão nas UTIs neonatais, e o Brasil é um dos países que mais tem bancos de leite humano. E, mesmo diante disso, temos os dados que, às vezes, nos assustam com relação ao nascimento de crianças prematuras, Deputada Cloara.

No Brasil, cerca de 330 mil crianças nascidas por ano são prematuras. Isso significa que, mesmo com grandes campanhas que estão sendo realizadas da importância que é a doação do leite materno – mesmo assim –, com tantos nascimentos, com tantas crianças prematuras ou de baixo peso, que fica no Brasil cerca de 330 mil/ano, temos uma doação que cobre apenas 55% da necessidade do leite materno para ser doado a essas crianças. No Paraná, tivemos – esses os dados de 2023 – cerca de 11 mil bebês que foram beneficiados com quase 21 mil litros de leite humano. Então, doações que foram feitas nos bancos de leite ou nos postos de coletas de leite humano. E esse é um trabalho muito importante porque, realmente, todos sabemos da necessidade que têm os bebês, principalmente bebês prematuros, porque é o alimento mais completo, o leite materno. E, nesse incentivo, e buscando incentivar cada vez mais – visando incentivar cada vez mais a doação do leite materno –, é que apresentei um Projeto de Lei nesta Casa, no dia 7 de maio deste ano, um projeto que visa incentivar a doação do leite materno. Esse Projeto surgiu depois de uma visita no Hospital Regional de Francisco Beltrão, Hospital Walter Pecóits, com a enfermeira Vanessa Viana, que hoje coordena o posto de coleta no Hospital Regional, coleta de leite materno, de leite humano. E a Vanessa nos colocava, realmente, essa necessidade e a importância que tem da divulgação... A importância que tem uma campanha para incentivar ainda mais a doação do leite materno. Aí surgiu, então, a ideia desse Projeto, uma forma de compensar as mãezinhas que aceitam doar o leite materno. Esse Projeto está apresentado nesta Casa, quero desde já pedir apoio a ele e também pedir que ele seja colocado em votação o mais rápido possível, porque ele prevê que, enquanto a mulher estiver de licença-maternidade, ainda nos seus 180 dias, ele terá direito, a cada duas coletas entregues do leite materno, um dia de folga. Claro, que coloca um limite não ultrapassando a dois dias por mês. Enquanto ela estiver de licença-maternidade, então, vai poder, ao término da licença, tirar mais esses dias que tem de direito pela lei apresentada nesse Projeto. E também a mãezinha que volta trabalhar terá também esses mesmos benefícios. Então, mesmo voltando ao trabalho terá o direito de poder, a cada duas coletas entregues do leite materno, terá o direito a um dia de folga. Isso significa um apoio

maior para as mãezinhas, para que possam, realmente, ter esse incentivo para coletar o leite, para doar o leite materno e, ao mesmo tempo, vai incentivar também as mulheres a poder ficar um pouco mais, um dia a mais, dois dias a mais por mês, junto com o seu filhinho, junto com o seu bebê, que sabemos da importância que tem a mãe ficar mais tempo... (É retirado o som.)

SR.^ª PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Um minuto para concluir, Deputada.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Só para concluir, Deputada. Sabemos a importância que tem a mãe poder ficar mais perto do bebê. Isso é importante dizer aqui: que nesse trabalho todo que vem sendo realizado, nesse trabalho que hoje Francisco Beltrão faz com o posto de coleta, já tivemos, só nos mês de abril, 306 atendimentos e foram coletados 60 litros de leite humano – claro que pasteurizados –, foram distribuídos 39 litros. Significa que esse leite ajudou a salvar muitas vidas. Então, fica aqui o nosso reconhecimento a todas as mãezinhas que estão fazendo a doação do leite materno, porque estão ajudando as vidas dos bebês e, ao mesmo tempo, nosso reconhecimento aqui a todos os que trabalham, que cuidam e que fazem essas campanhas nos bancos, que hoje recebem o leite humano e, principalmente também nos postos de coleta... (É retirado o som.)

SR.^ª PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Mais um minuto só para concluir, Deputada.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Obrigada, Sr.^ª Presidente. Mas fica o nosso reconhecimento e aqui a campanha para que todos possam aderir, divulgar o máximo para que possamos ter mais doações de leite humano. Obrigada, Sr.^ª Presidente.

SR.^ª PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Próximo orador: Deputado Luiz Fernando Guerra.

DEPUTADO LUIZ FERNANDO GUERRA (UNIÃO): Obrigado, Presidente. Boa tarde a todos os amigos, colegas Deputados. Hoje, Sr.^ª Presidente, Deputada

Cloara, exercendo a 2.^a Secretaria, subo esta tribuna com uma indignação, com uma perplexidade. Na verdade, falo o que considero não apenas uma decisão equivocada do ponto de vista jurídico, mas sobretudo uma medida, Deputado Requião, insensível à realidade de milhares de famílias paranaenses. Falo aqui da Ação Direta de Inconstitucionalidade n.^o 7796, proposta pela Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down, que contesta duas leis do nosso Estado do Paraná: a que criou o programa de apoio às escolas de educação especial e o Estatuto da Pessoa com Deficiência no Paraná. O que essa ação pede, na prática, é o fim do apoio do Estado a toda e qualquer escola especial mantida por instituição sem fins lucrativos, como as APAEs e tantos outros centros, que há décadas, oferecem cuidado, dignidade, estrutura às pessoas com deficiência. É preciso dizer com clareza, Deputada Cloara: isso não atinge só uma rede. Isso ameaça a base de um modelo que já funciona, que acolhe, que transforma vidas. No Paraná, para que os senhores tenham uma ideia, são mais de 126 mil alunos que estão matriculados nas instituições conveniadas. São famílias, acima de tudo, que, todos os dias, Deputado Corti, encontram nesses espaços o apoio que, muitas vezes, a escola regular ainda não tem condições de oferecer. As APAEs, por exemplo, tem mais de 66 anos de história no nosso Estado. Elas não competem com a escola regular, elas complementam. Meu Deus do céu! Elas não segregam, como estipula o pedido feito pela Federação Brasileira das Associações, muito pelo contrário, elas acolhem. E quem disse não sou eu, é cada pai, cada mãe, cada família, cada educador que vê na escola especial a única porta aberta quando todas as outras se fecham. Não se trata de negar a educação inclusiva, ao contrário disso. Defendemos a inclusão com responsabilidade, com estrutura, com preparo. Mas a inclusão de verdade não se faz com imposição e com ideologia, se faz com respeito à realidade de cada aluno e à liberdade de escolha de cada família. Essa ADI tenta uniformizar o Brasil ignorando o que acontece nas pontas, nos municípios, nas comunidades. Ignora o papel crucial das OSCs e de toda uma rede construída de muitas mãos – com voluntariado, parceria pública, com resultados concretos. Por isso deixo aqui o meu profundo repúdio e posicionamento contra a ADI 7796. Sou contra qualquer tentativa de

desmontar políticas públicas que funcionam no nosso Estado, no nosso País. Sou, acima de tudo, um defensor das famílias, que lutam todos os dias para dar aos seus filhos um futuro com dignidade, com inclusão, com segurança e, acima de tudo, com amor. Que a Justiça saiba ouvir o que vem do Paraná: o clamor das APAEs, das instituições, das OSCs. Que respeitem o direito das famílias, o trabalho das instituições com autonomia e a autonomia dos estados. Que nós, nesta Casa, tenhamos a coragem de levantar a voz em defesa de quem realmente precisa. Por isso, estou fazendo um abaixo-assinado, nas minhas redes sociais, no meu *site* e conlamo a cada um dos Sr.^s Parlamentares, meus colegas Deputados, que assinem conjuntamente, para que possamos fazer um abaixo-assinado em favor das escolas especiais do nosso Estado. Não à ADI 7796. Era isso que eu tinha para trazer hoje. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente: Deputado Luís Corti.

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, todos que nos acompanham aqui presencialmente e todos que distantes estão, mas a que, através da rede de comunicação, conseguimos chegar, a cada um e a cada uma deste Estado, do País e do mundo. Hoje, Sr. Presidente, subo a esta tribuna para poder falar de um assunto eminentemente preocupante, por deveras, cuidadoso. Venho a esta Casa de Leis, neste dia, dentro deste tempo que me é dado para falar do IAA – *Influenza Aviária de Alta Patogenicidade*; do H1N5. Doença, patologia que até então o Brasil, Sr. Presidente, era um dos poucos países do mundo isento desta peste, isento dessa patologia. Essa patologia, pela própria definição científica, Dr. Tercilio, “alta patogenicidade”, a capacidade iminente de, uma vez entrada no organismo vivo, desencadear todo o processo patológico. E ao desencadear a doença, o dever iminente de nossas autoridades sanitárias é promover, caro Deputado Ademar Traiano, a sucumbência, o sacrifício de 100% de um rebanho de aves comerciais, até de aves domésticas. E como essa praga entrou no Brasil? Os relatos dão conta, desde o dia 15 de maio, quando aves silvestres entraram no território brasileiro lá pelo Espírito Santo, aves da espécie

trinta-réis-de-bando e atobá-pardo. Aves migratórias que andam centenas, milhares de quilômetros. Atravessaram o Oceano Atlântico e aqui chegaram. As nossas autoridades sanitárias desde então se mantiveram, cara Cloara, de prontidão. Criamos um protocolo em nível de Brasil, a nossa Adapar foi extremamente pontual e previdente. Mas que notícia triste nesse dia 15 de maio, quando fazíamos a interiorização da Assembleia Legislativa lá na cidade de Maringá, tivemos a confirmação laboratorial pela cidade, município de Montenegro região de Porto Alegre, do diagnóstico positivo dessa praga, dessa peste no estado sulino Rio Grande do Sul, colocando em crise sanitária a Organização Mundial de Saúde Animal. São 193 países que compõem a ONU, são 194 compõem a Organização Mundial da Saúde e são 182 países que são signatários de um protocolo do Centro Internacional de Epizootia localizado na França, hoje denominado de Organização Mundial de Saúde... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Um minuto para concluir, Deputado.

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): ... que uma vez identificadas doenças infectocontagiosas e uma vez identificada a presença delas, impõe o dever da comunicação imediata. No Brasil, entrou o Ministério da Agricultura divulgou para o mundo, como dever, e hoje as barreiras do mundo começam a se fechar para o Brasil. E o Estado, na área da Vigilância Sanitária, e o Estado do Paraná que é o maior produtor de aves do Brasil, seguramente deverá estar de alerta cotidianamente para que possamos, a qualquer preço, evitar que esse malefício chegue no nosso rebanho, nas nossas aves comerciais, para que isto... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Para concluir, Deputado.

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): ... no sistema sanitário e no sistema financeiro deste Estado e deste País... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Antes de passar a palavra ao nosso 1.^º Secretário, gostaria só de anunciar a presença de duas figuras muito especiais aqui nesta Casa de Leis, que são a educadora Luciana Brites, esposa do saudoso Dr. Clay Brites, e o Diretor-Executivo do Instituto NeuroSaber, Daniel Gonzalez. Sejam todos muito bem-vindos a esta Casa de Leis. A Luciana Brites é uma das maiores referências do País quando falamos em desenvolvimento infantil; pedagoga, psicopedagoga e psicomotricista, ela é mestre em distúrbios no desenvolvimento e atualmente doutoranda, além de ser autora de diversos livros, entre eles o *best-seller Brincar é fundamental*. Também é fundadora do Instituto NeuroSaber, que há anos compartilha conhecimento com famílias e profissionais de diversas áreas, formando especialistas e transformando vidas por meio da informação e do acolhimento, um trabalho que já impactou milhares de pessoas em todo o Brasil. Também foi a vencedora do prêmio Darci Ribeiro de Educação, em 2024, uma das maiores honrarias da área, e é esposa do saudoso Dr. Clay Brites, neurologista infantil e cofundador do NeuroSaber, a quem tive a honra de homenagear, inclusive, *in memoriam* na última semana, na última edição da ExpoLondrina. Ao seu lado, querido Daniel Gonzalez, Diretor-Executivo do Instituto, um parceiro essencial nessa jornada de transformação e impacto social. Sejam muito bem-vindos, como disse, a esta Casa de Leis, estamos sempre à disposição, todos os gabinetes. Passo a palavra, então, para nosso 1.^º Secretário.

SR. 1.^º SECRETÁRIO (Deputado Tercílio Turini – MDB): Informamos que recebemos do Poder Executivo a **Mensagem n.^º 42/2025**, do Governador do Estado, encaminhando Projeto de Lei (**autuado sob o n.^º 339/2025**) que altera a Lei n.º 15.229, de 25 de julho de 2006, que dispõe sobre normas para a execução do sistema das diretrizes e bases do planejamento e desenvolvimento estadual, nos termos do artigo 141 da Constituição Estadual e da outras providências. Era isso, Sr.^a Presidente.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Próximo orador inscrito: Deputado Ricardo Arruda.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhora Presidente, colegas Deputadas e Deputados e todos que acompanham esta Sessão Plenária, primeiramente quero declarar aqui o meu repúdio à atitude tomada pela Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down, que colocou em xeque as leis do Paraná, que garantem o apoio financeiro do Governo do Paraná às Apaes aqui. É um ato irresponsável, porque alguém para tomar uma atitude dessa não tem noção do grande trabalho que a Apae faz aqui no Estado do Paraná, atendendo a milhares de crianças e famílias com problemas. Um trabalho cheio de amor, de carinho, de dedicação. Como é que alguém entra com uma ADI para tentar derrubar isso? Que loucura é essa da Federação? Ora, nós aqui temos que nos unir e defender sim as Apaes, que necessitam do dinheiro do Governo para manter milhares de famílias e de crianças aqui no Estado. Repito: um repúdio a essa atitude! Atitude irresponsável, uma atitude sem precedentes, que nunca vi isso na minha vida. Mudando aqui o assunto, vou pedir o apoio, Deputado Líder do Governo, Hussein, amanhã na CCJ, provavelmente, vamos votar um Projeto de Lei que já está há tempo aqui na Casa, para que definamos, que aprovemos uma lei que proíba essa pouca-vergonha de banheiro neutro no Estado do Paraná. Isso tem causado inúmeros problemas, porque as pessoas que se acham... que nascem mulheres, mas se sentem homens ou que nascem homens e se sentem mulheres, querem ter o direito de usar o banheiro do que elas acham que são, mas não são. Ontem, em um evento aqui em Curitiba, teve um problema. Acho que foi uma mulher que acha que é homem e queria usar o banheiro de homem e não deixaram. Ora, está na hora de aprovarmos essa lei e acabar com essa palhaçada. Isso aí é palhaçada, gente. Com todo o respeito às pessoas que nascem de um jeito e se avaliam de outro jeito, se sentem de outro jeito – a questão de gênero –, mas não podemos, para incluir uma minoria, excluir a maioria. A maioria não quer. Uma mulher não quer que um homem que acha que é mulher, mas é homem, entre em um banheiro de mulher e vice-versa. Então, para apaziguar, aqui no Estado do Paraná, vamos aprovar essa lei e pôr um ponto final. Você que é mulher e se acha que é homem ou que é homem e se acha mulher, todo banheiro masculino e feminino tem a porta, senta, fecha a tua porta e pronto, não tem problema

nenhum, ninguém vai te ver. Ora, vamos parar com essa frescura, com essa palhaçada. Isso já deu, gente. O mundo já está se voltando contra isso. Chega! Repito, respeitamos a todos de igual maneira. Todos são iguais perante a lei, ninguém é melhor do que ninguém. Então, repito: não podemos, para incluir uma minoria, excluir a maioria. Espero que amanhã os colegas aqui votem favoráveis e que ponhamos para votar no Plenário o mais breve possível para acabar com esse oba-oba. Vamos seguir a vida porque tem muita coisa importante para fazemos e não ficarmos discutindo se no banheiro entra o cara que acha que é isso, acha que é aquilo. Não vamos perder tempo com isso, que o Brasil já está com muito problema para ser resolvido. Terceiro assunto, que acho que vou ter que entrar no Horário da Liderança. Protocolei uma representação no TCU – Tribunal de Contas da União, para que seja investigada – protocolei faz mais de uma semana – essa misteriosa viagem da Dona Janja para a Rússia, cinco dias antes de uma viagem oficial do Presidente Lula. Isso, realmente, o povo brasileiro tem o direito de saber o porquê. O porquê a Janja foi cinco dias antes e pegou o maior avião da FAB, com capacidade para mais de 230 pessoas, onde viajou sozinha. Disse que tinha vários encontros oficiais, porém, nenhum foi fotografado. Ela teve visita em um *show* de balé, ela teve visita em uma universidade. Agora, as agendas tão importantes que ela ia fazer lá, nenhuma foi divulgada ou fotografada. Queremos saber o que a Janja levou no avião. Por que ficamos com dúvida? Porque o Lula, durante a Lava Jato – para quem lembra –, tinha uma amante que levava dinheiro em avião, levava dinheiro vivo, para tirar do Brasil o dinheiro. Isso foi delatado na Lava Jato. Será... Olha, não estou afirmado, mas nos deixa dúvida por que foi nesse avião, o que a Dona Janja levou nesse avião, por que pegou o maior avião. Uma viagem dessa, em um avião desse tamanho, custou para os cofres públicos aqui mais de R\$ 4 milhões. Primeiro, não respeitam o dinheiro público; segundo, não comprovou nenhuma agenda oficial, o que vimos foi um passeio turístico, cinco dias antes. O Brasil está muito mal economicamente, com uma dívida gigante, está faltando dinheiro, estão cortando verba de educação. Estão cortando verba da Farmácia Popular, da saúde, da segurança. Não está sobrando dinheiro para a Dona Janja pegar o maior avião,

gastar mais de R\$ 4 milhões, R\$ 5 milhões, para ir sozinha para a Rússia se o marido, ex-presidiário, iria viajar cinco dias depois. Essa viagem foi logo em seguida, onde se descobriu essa grande fraude no INSS, onde *a priori* foram desviados R\$ 6 bilhões, agora chegou a R\$ 90 bilhões e pode chegar a mais de R\$ 200 bilhões. Teve denúncia da Federal, que eles já investigaram, que mais de R\$ 150 milhões foram desviados em mala de dinheiro, em viagens de avião. Tem um agente na Polícia Federal que foi pego com R\$ 200 mil dólares em espécie. Então, esse assunto, aqui, que agora a esquerda tenta, desesperadamente, dizer: *Ah, foi no Governo Bolsonaro que começou.* Desde quando o Governo Bolsonaro ia ajudar a roubar dinheiro para enriquecer o irmão do Lula? O sindicato que roubou mais dinheiro, mais de R\$ 100 milhões, foi o do irmão do Lula. Será que o Bolsonaro está ajudando o irmão do Lula a ficar rico? Ou será que o Lula vai falar que o irmão não é dele, é do Bolsonaro? Tudo é possível no campeão de mentira aqui. Tudo é possível! Agora, se a esquerda diz que é ela que quer investigar, assinem a CPI, que até agora vocês estão jogando contra. A Gleisi Hoffman está correndo feito louca, para não assinar a CPI. Qual é o medo, gente? Qual é o medo da CPI para investigar esse grande rombo, mais este rombo feito no INSS, que começou lá atrás, no Governo da Dilma, em 2016, quando foi preso o Paulo Bernardo, ex-marido da Gleisi Hoffman, por desvio de dinheiro de aposentado. Em 2019, Bolsonaro entrou e fez a Medida Provisória 871, para investigar possíveis fraudes no INSS, e estava sendo feito um bom trabalho. Em 2022, a turma do PT, os Deputados da esquerda, se reuniram e derrubaram a Medida Provisória. Depois de derrubarem, explodiu para bilhões a fraude. Então, quem é culpado? Quem sempre chefiou gangue para roubar dinheiro público? Sempre foi o ex-presidiário e esse grande partido do PT e da esquerda. Não é novidade para ninguém as fraudes no Governo da esquerda. Já tivemos o Petrolão, o Mensalão e um monte de “ão”. Agora, mais um escândalo gigante. Pior, eles se aperfeiçoaram no roubo. Antigamente, no Petrolão, no Mensalão, foram mais de R\$ 40 bilhões. Agora, já está em 90, podendo chegar a 230. Então aperfeiçoaram o roubo, voltaram à cena do crime e vão roubar tudo, que não conseguiram roubar até agora. Obrigado.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Próximo orador: Deputado Requião Filho. Gostaria de anunciar também a presença do Vereador de Dois Vizinhos, Sr. Chicão Dal’Agnol, e do Secretário de Obras de Barracão, Sr. Deonir Caldato, a pedido do Deputado Adão Litro. Sejam bem-vindos a esta Casa de Leis.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO: Senhores Deputados, Sr.^a Presidente, enquanto alguns destilam o ódio, subo à tribuna hoje para falar de uma coisa boa, uma coisa que me é muito querida, muito cara: educação, Deputado Hussein. Agora, no mês de maio, faz 40 anos que um sonho de educação integral começou a ser construído. Perdeu-se ao longo da história, mas no Rio de Janeiro, no dia 8 de maio, lá no bairro do Catete, foi inaugurado o primeiro Ciep, criado, elaborado por Leonel Brizola e Darcy Ribeiro e mais um grupo de professores e educadores, muitos deles hoje aposentados da UERJ. Foi criado o Centro Integrado de Educação Pública, uma escola de ensino integral que oferecia, além da educação, saúde, oferecia até mesmo moradia para crianças desafortunadas e desprovidas de família. O sonho da educação pública de qualidade, uma rede pública no padrão das escolas de elite não é de hoje, é um sonho de diversos brasileiros, de Paulo Freire, Darcy Ribeiro, Leonel Brizola, Roberto Requião e vários outros que defenderam a educação com amor e afinco pela nossa história. O Ciep não era apenas ensino integral, ele era a integração da escola e da comunidade, Estado e comunidade. Um projeto que não tinha muros, um projeto que trabalhava com a criança, com a realidade social de cada um daqueles alunos que lá estavam. Não era um colégio baseado na criança ideal, não era um colégio autoritário e conformista, era um colégio que buscava educar um cidadão, alguém com uma perspectiva de futuro. Um colégio que não tinha grades, um colégio que era aberto à população em todos os horários, inclusive nos finais de semana. Os Cieps surgem em um período pós-ditadura no Brasil, um período de esperança, Deputada Cloara, um período onde nós voltávamos a sonhar como Nação, e a educação pública de qualidade é a fundação para qualquer nação, é a fundação de qualquer sonho de um Brasil melhor. E essa busca por essa educação mais humana, mais compreensiva, mais integrada, não só de horário integral, mas

integrada com a comunidade e as suas necessidades, começou a ser construído há mais de 40 anos, lá no Rio de Janeiro, por Leonel Brizola e Darcy Ribeiro, e foi interrompido pela sucessão governamental. A briga política, Deputado Marcelo Rangel, por vezes atropela projetos incríveis porque o Governador A não quer fazer e deixar prevalecer a marca do Governador B. E é esse tipo de coisa que precisa se encerrar na política brasileira, é esse tipo de coisa que temos que lutar por uma educação de qualidade, para que a nossa população vote de maneira segura, não influenciada por medo ou ódio, mas influenciada pela razão e pelo conhecimento. Então, fiz questão de subir à tribuna e registrar os 40 anos do primeiro Ciep, lá no Rio de Janeiro, um projeto de escola integral, um projeto de escola que buscava a integração com a comunidade, oferecendo educação, saúde, cultura, esporte e lazer, algo que em algum momento no Brasil ficou perdido e espero ver voltar. E o nosso Paraná pode e deve ser exemplo, como sempre foi, um estado pioneiro. Obrigado.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Gostaria de anunciar também a presença do Prefeito de Dois Vizinhos, Sr. Carlinhos Turatto, a pedido do Deputado Adão Litro. O Grande Expediente de hoje está destinado para a fala institucional em alusão ao Dia da Defensoria Pública e aos 14 anos da Defensoria Pública no Paraná, no qual ouviremos o Dr. Matheus Cavalcanti Munhoz, Defensor Público-Geral do Estado do Paraná. Anunciamos e agradecemos a presença da Dr.^a Thaisa Oliveira, 2.^a Subdefensora Pública-Geral; Dr.^a Carolina Andrade Vieira Machado, Diretora de Captação de Recursos; Karollyne Nascimento, Ouvidora-Geral Externa; Anna Carolina Carneiro Leão Duarte, Diretora Administrativa da Associação das Defensoras e Defensores Públicos do Paraná – Adepar; Bruno de Almeida Passadore, Diretor Financeiro da Adepar; e Rafael de Matos, Coordenador do Posto de Defensoria na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Sejam muito bem-vindos a esta Casa de Leis.

SR. MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ: Boa tarde a todas e todos. Inicio minha fala aqui cumprimentando a Deputada Flávia Francischini, 1.^a Vice-Presidente desta Casa de Leis, em nome de quem estendo os cumprimentos a todas e todos os Parlamentares desta Casa. Gostaria de fazer um cumprimento especial à

nossa 2.^a Subdefensora-Geral, Dr.^a Thaisa Oliveira, e em seu nome cumprimentar todos e todas que compõem a Defensoria Pública do Estado do Paraná. Gostaria de cumprimentar a nossa Ouvidora-Geral, Karollyne Nascimento, também aqui presente, e em seu nome cumprimentar toda a população aqui presente e que acompanha esta Sessão. Em nome da Defensoria Pública do Estado do Paraná, sinto-me profundamente honrado em ocupar esta tribuna neste dia tão significativo para nossa instituição e principalmente para a população paranaense. Hoje, 19 de maio, é o Dia da Defensoria Pública em todo o Brasil. É com respeito e reconhecimento que me dirijo a V.Ex.^{as}, representantes legítimos do povo, para celebrar a trajetória e reafirmar o compromisso da Defensoria Pública do Estado do Paraná com a promoção da justiça, da cidadania e da dignidade da pessoa humana em nosso Estado. O art. 134 da Constituição Federal define a Defensoria Pública como a *“instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados”*. No Paraná, enquanto instituição pública nesses moldes que o constituinte de 88 definiu, a nossa história começou no dia 19 de maio de 2011, 14 anos atrás, com a sanção da Lei Complementar n.^º 136, e o início dos procedimentos administrativos que viriam a desencadear no primeiro concurso público para servidores e servidoras públicas da Defensoria Pública e o primeiro concurso público para Defensores e Defensoras Públicas do Estado do Paraná. Mas um importante registro deve ser feito, pois a assistência jurídica gratuita já era, de alguma forma, garantida no Estado do Paraná por advogados do Estado, que, mesmo sem as condições estruturais adequadas, lutavam diariamente pela garantia dos direitos da população vulnerável, principalmente em nossa Capital, e posteriormente puderam abrilhantar o início da jornada da Defensoria Pública no Estado do Paraná com a opção pela carreira de defensores e defensoras públicas. E faço aqui, hoje, um reconhecimento e uma homenagem nominando-os. São elas e são eles: Dr.^a Jeane Burda, Dr.^a Maria Goretti Basílio, Dr. Osni Batista Padilha, Dr.^a Regina

Takahashi, Dr. Sérgio Parigot de Souza (*in memoriam*), Dr.^a Suzete de Fátima Guerra, Dr.^a Tania Regina Demeterco, Dr.^a Vania Maria Forlin, Dr.^a Yara Flores Lopes Stoppa e Dr.^a Josiane Fruet Bettini Lupion. De dez, hoje somos 151 defensores e defensoras públicas e 357 servidores e servidoras públicas espalhados pelo Estado, e a nossa história é marcada por uma luta constante em defesa dos direitos dos mais vulneráveis, consolidando-nos como uma instituição essencial ao sistema de justiça paranaense. Nesse caminhar, a Assembleia Legislativa do Paraná tem sido uma parceira fundamental. O protagonismo desta Casa, traduzido em mais de 62 leis aprovadas em relação à Defensoria Pública e que impactam diretamente a atuação e o fortalecimento da nossa instituição, demonstra uma visão sensível e comprometida desta Casa com a justiça social, motivo pelo qual, em nome da Defensoria Pública do Paraná, registro aqui os nossos mais sinceros agradecimentos a todas e todos Parlamentares que aqui estão e que por aqui já passaram e, de alguma forma, puderam auxiliar na criação e na consolidação da nossa instituição no Estado. Afinal, por que existimos? Ou melhor, para quem existimos? Em regra, somos a voz para todo cidadão paranaense que receba renda familiar de até três salários-mínimos, ou seja, a nossa instituição existe para garantir atendimento jurídico para o cidadão que não possui condições financeiras de contratar advocacia. Mas quem é esse cidadão? Estou falando aqui do Sr. Normando Eduardo Castilho, primeiro cidadão atendido aqui na Assembleia Legislativa, no nosso posto de atendimento da Defensoria Pública aqui nas dependências da Assembleia, que através do nosso atendimento conseguiu regularizar todos os seus documentos, conseguiu receber aluguel social, conseguiu superar a situação de rua, conseguiu voltar a estudar, e hoje é graduando em Direito para poder, nas suas palavras: *“Fazer pelas pessoas o que a Defensoria Pública fez por mim”*, dentre outros casos emblemáticos que vemos diariamente nas nossas redes, nas redes desta Casa que tanto apoia a divulgação dos nossos trabalhos. Essa é a Defensoria Pública, esse é o nosso atendimento, que fazemos através de uma equipe especializada, multidisciplinar, com acolhimento, humanidade e acessibilidade. Nós nos preocupamos com o cidadão, não apenas em resolver o problema que ele nos levou. Somos um olhar de

humanidade no Estado. O Estado cumpre uma das suas mais nobres missões através da Defensoria Pública e esse é o nosso diferencial, é isso que nos torna essenciais à sociedade paranaense. Para além do atendimento individual, aquele que chega diariamente às nossas sedes, também contribuímos diretamente para o aprimoramento e para o acompanhamento das políticas públicas, bem como para o atendimento de demandas coletivas, através dos nossos oito núcleos especializados. E essa atuação pode ser ilustrada em alguns casos emblemáticos, como a recente atuação do nosso Núcleo de Defesa do Consumidor no caso da tragédia da Voepass, em que, desde os primeiros dias, a Defensoria Pública do Estado do Paraná, em parceria com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo e com o Ministério Público, atuaram *in loco* para conseguir regularizar e fazer toda liberação dos corpos aos familiares, atuando no acompanhamento das investigações e indo até o trabalho realizado diretamente com os familiares em busca das devidas indenizações. Tudo isso de forma extrajudicial, tudo isso no diálogo, no acompanhamento, no acolhimento, de uma maneira rápida e menos custosa ao Estado. Como também os casos de atendimento do nosso Núcleo de Questões Fundiárias, o nosso Nufurb, que tanto auxilia o Estado na regularização de terras; o nosso Núcleo especializado na saúde, que tanto está presente aqui na Assembleia Legislativa, que tanto auxilia na fiscalização relacionada às normativas que são aprovadas aqui nesta Casa; nosso Núcleo de Defesa e Promoção dos Direitos das Mulheres, com o atendimento de todas as mulheres vítimas de violência do Estado; nosso Núcleo de Direitos da Criança e do Adolescente, auxiliando principalmente os municípios nos desafios com a educação infantil, com a educação especial. Enfim, é a Defensoria Pública se colocando ao lado do poder público para garantir a efetividade das políticas públicas. Mas, e quanto e onde atendemos? Desde a sua criação, a Defensoria Pública do Paraná já realizou mais de 5 milhões de atos em favor dos paranaenses. Isso dentre atendimentos e práticas de atos extras e judiciais. Fisicamente estamos em 74 Municípios do Estado, equivalendo aproximadamente a 20% dos municípios. No entanto, um novo olhar foi lançado em nosso planejamento e uma nova filosofia de trabalho foi implementada. Hoje, nosso foco passou a ser a disponibilização do serviço ao

cidão. A tecnologia e a inovação abriram novas possibilidades, e seguiremos com o compromisso de levar sedes para o interior do Estado, mas não faremos mais o cidadão aguardar a nossa chegada para ele ter acesso aos nossos serviços. Com isso, criamos diversos programas de atendimento e criamos novas portas de entrada em nossa instituição. Criamos a Central de Relacionamento com o cidadão e lançamos a Luna, nossa plataforma digital, que permite ao cidadão acessar os nossos serviços de forma remota, sem sair de casa, sem perder um dia de trabalho, e que nos dois anos de sua existência já atendeu mais de 82 mil paranaenses. Lançamos o Disque Defensoria 129, um serviço telefônico gratuito para todo cidadão buscar informações a respeito da Defensoria e que, em três meses de funcionamento, já atendeu mais de 2 mil e 500 cidadãos. Esse atendimento é muito simples: basta o cidadão discar 129 no seu telefone e já vai cair na nossa central de atendimento, que fará o atendimento de forma gratuita e desburocratizada. Lançamos o *Pacifica.Def*, um programa de conciliação virtual, que já beneficiou mais de 2 mil e 800 pessoas. Isso tudo sem a pessoa sair de casa: através de uma plataforma virtual, as partes entram em contato com a Defensoria, realizam um acordo de conciliação na área da família, um divórcio, alguma regulamentação de guarda, tudo de maneira rápida, simples e sem sair de casa. Lançamos recentemente, com o nosso Governador do Estado, Carlos Massa Ratinho Junior, o programa *Ampara*, que garante atendimento jurídico a todas as mulheres vítimas de violência doméstica no Estado do Paraná, em um atendimento especializado, de mulher para mulher, sem a necessidade de sair de casa, tudo através da nossa plataforma digital e sem a necessidade de sequer fazer um boletim de ocorrência prévio. (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Um minuto para concluir.

SR. MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ: Para além da tecnologia, também direcionamos os nossos esforços em levar atendimento itinerante para os municípios onde não há Defensoria Pública instalada, com os nossos programas de mutirão: o *Concilia Paraná*; o *Reconhecendo Direitos*, que garantem exame de DNA gratuito à população para a questão de reconhecimento de paternidade; o

programa *Meu Nome, Meu Direito*, percorrendo todo Estado do Paraná durante o ano. E não podemos também de deixar de falar do nosso posto de atendimento aqui na Assembleia Legislativa, que, desde a sua inauguração, já atendeu mais de 23 mil cidadãos paranaenses. Com todas essas medidas de desburocratização e ampliação das nossas portas de entrada, conseguimos atingir 293 municípios paranaenses, representando 73% dos municípios atendidos pelos nossos programas de atendimento, mesmo estando fisicamente presente em apenas 20% dos municípios. Essa é a Defensoria Pública do Paraná, uma instituição pujante que não se contenta em aguardar o cidadão ir a suas sedes, mas que realiza busca ativa, desburocratiza seu atendimento... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Para concluir.

SR. MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ: ... e abre suas portas para incluir todos e todas de forma acolhedora. Encerrando a minha fala, gostaria de homenagear e reconhecer o trabalho incansável de todos os meus colegas da Defensoria Pública – membros, servidores, estagiários, terceirizados, enfim –, todos que vestem a camisa diariamente, lutam pelo direito e pela voz daqueles que veem em nossa instituição o suspiro e a esperança para a sua vida. Parabéns a todos e todas. Viva a Defensoria Pública do Paraná e viva o Estado do Paraná! Muito obrigado. (Aplausos.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Vamos suspender a Sessão para registros fotográficos. Gostaria aqui, em nome da Presidência, de parabenizar todos os Defensores, dizer do reconhecimento da importância do trabalho de vocês. Eu trabalhei da Defensoria Pública do TJDFT e dizia que todos os dias era um novo dia para nós e para aquelas pessoas esperançosas que nos procuravam. Temos que lembrar que o trabalho da Defensoria não é um trabalho técnico somente, é um trabalho que exige muito mais, a questão da solidariedade, do amor ao próximo. E essas pessoas, muitas vezes, vão ao nosso encontro para ouvir uma palavra, um conselho. Então, é muito importante. Aproveito aqui, me sinto lisonjeada em poder estar neste momento anunciando a presença de vocês

para fazer essa congratulação. **Vamos suspender, então, a Sessão para registros fotográficos.**

(SESSÃO SUSPENSA.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Está reaberta a Sessão. Passamos ao Horário das Lideranças. Próximo orador: Deputado Renato Freitas.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Novamente o Estado do Paraná se encontra em luto pela vida de pessoas pobres, moradoras de periferia executadas de forma covarde, cruel pela Polícia Militar do Estado do Paraná, que deveria dar o exemplo, salvaguardar a vida humana. E o que faz? Entra em um barraco humilde, na Região Metropolitana de Curitiba, neste caso, Colombo, e executa, com sete tiros, um trabalhador, Wellington dos Santos. Novamente o fato foi filmado, para que não haja sombra de dúvidas. Do mesmo modo, a negligência, a imprudência, a covardia, o despreparo, a drogadição, os transtornos mentais levaram a óbito também Esmaile Silva, um policial militar, e um motoboy não identificado, em Almirante Tamandaré, por ocasião da Operação Sirene, em que um motoboy furou um bloqueio e a viatura da polícia, ao invés de ir ao encalço do indivíduo, fazê-lo parar, aguardá-lo parar ou pegar as características da moto e do indivíduo para investigar, não, preferiu a saída mais covarde: atropelar o rapaz. E assim o fez, em altíssima velocidade, a viatura simplesmente passou por cima do rapaz e da moto. O que esse indivíduo criminoso não esperava é que a moto fizesse a viatura perder o controle e capotar, por diversas vezes, levando o seu próprio parceiro de trabalho, Esmaile Silva, a óbito, e também o motoboy. Que polícia é essa? Isso me lembra o caso que eu trouxe aqui nesta Assembleia no mês passado, Professor Lemos, nosso Deputado. Ian Cordeiro, de apenas 21 anos, foi atropelado pela Polícia Militar dolosamente, na Avenida Mascarenhas de Moraes, ali no Bairro Atuba. As câmeras do local demonstraram cabalmente que a viatura atropelou, tocou o pneu de trás da moto do rapaz, que infelizmente, na velocidade em que estava, veio a óbito. Qual o crime dele? Quatro meses de atraso nas prestações da moto, era entregador. Ficou com medo de ter a sua

moto, que era o seu instrumento de trabalho, apreendida e por isso não parou e foi assassinado, deixando uma esposa grávida de sete meses. Teve também o caso do Parolin, da Favela do Parolin, que, justamente por ser uma comunidade pobre, a polícia invadiu e assassinou três jovens: um de 16, um de 22 e um de 26. Eles estavam jogando videogame e fumando maconha. Esse foi o crime, que teve como pena a sentença capital, aqui no Centro de Curitiba. Não a Curitiba do cartão-postal, aquela que não aparece na propaganda eleitoral, aquela que é visitada pelos políticos apenas nos anos pares, os anos de eleição. Como lá em Londrina, na Favela da Bratac, em que os jovens Kelvin e Wendel foram fria e covardemente assassinados. As câmeras comprovam que a versão da polícia é mentirosa. E um dos policiais, chamado Júlio Cesar, um psicopata que já foi pego em outras investigações, processado e preso justamente por ser um assassino, mas, pela demora do processo, viu-se, por ordem judicial, em liberdade. Não perdeu a farda, voltou ao ofício. E o que fez? Assassinou esses jovens, Kelvin e Wendel, em Londrina. E, pasme, Dr. Antenor, esse policial, a cada pessoa que ele assassina, Deputada Cloara, ele coloca uma caveira, um crânio no seu braço como tatuagem. E a família mostrou que, antes da morte do Kelvin e do Wendel, tinha cerca de 26, 27 crânios no braço dele, que ele exibe na Internet; e, depois da morte dos rapazes, ele adicionou dois novos crânios. Esse é o Estado Democrático de Direito sob as ordens e a administração do Governador Ratinho Junior, que tem sangue nas mãos, que é injusto, que é corrupto e que é também assassino, porque o comandante...

Deputado Hussein Bakri (PSD): Peço um aparte.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Quando for o seu momento... O senhor está inscrito ali, ó.

Deputado Hussein Bakri (PSD): Peço um aparte...

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Agora não, o senhor me respeite, por favor!

Deputado Hussein Bakri (PSD): Eu só pedi um aparte...

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Não dou!

Deputado Hussein Bakri (PSD): O senhor não dá...

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Não dou.

Deputado Hussein Bakri (PSD): Não dá um aparte...

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Não dou, não dou, não dou.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Deputado, aparte é com o orador.

Deputado Marcelo Rangel (PSD): Permite um aparte, Deputado?

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Se puder congelar o meu tempo ou pelo menos repor o tempo que tive que lidar com pessoas mimadas que não sabem ouvir não.

Deputado Hussein Bakri (PSD): Mimada é... (É retirado o som.)

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Mimada é coronelzinho que nunca ouviu um não na vida.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Por gentileza, vamos manter...

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Coronel, herdeiro, está bem alimentado, bem vivido...

SR.^a PRESIDENTE (Deputado Flávia Francischini – União): Por gentileza, Deputados.

Deputado Hussein Bakri (PSD): Mau caráter! Mau caráter... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini - União): Vamos manter aqui o respeito, pessoal, por gentileza.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Bem vivido, bem alimentado...

Deputado Hussein Bakri (PSD): Mau caráter.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): ... engordou com emendas parlamentares...
(É retirado o som.)

Deputado Hussein Bakri (PSD): Mau caráter... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Corta a fala, por gentileza.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Se puder restituir esse um minuto que eu perdi com essa ingerência, com essa interrupção mal educada, por favor, Sr.^a Presidente. Eu ficarei com dois minutos.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini - União): Antes de retomar, gostaria só de lembrar aos Deputados que não podemos usar alguns termos, alguns vocabulários aqui, Deputado.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Ele chamou o Governador de corrupto.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Vamos manter a calma, a serenidade, para que a gente conclua todo o trabalho. Ok?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Quero que Vossa Excelência... (É retirado o som.) ... mãos de sangue e corrupto. Ele tem que provar que o Governador é corrupto. Quem fala aqui, tem que provar! O senhor tem que provar que o Governador é corrupto. O Governador nunca foi preso.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini - União): Peço que retire das Notas Taquigráficas. Você pode, por gentileza, recompor o tempo do nosso Deputado? Um minuto.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidenta...

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Dois minutos, eu tinha.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Um minuto e cinquenta.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Novamente. O Governador Ratinho Junior assassino, porque dá ordens e é o número 1, comandante em exercício da Polícia Militar do Paraná.

Deputado Marcelo Rangel (PSD): *Pela ordem*, Senhora Presidente.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Deputado, vamos manter o respeito.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Estou falando algo que eu posso comprovar. Então que me chamem ao Conselho de Ética e eu comprovo no Conselho de Ética, se for o caso.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD): Senhora Presidente, desculpe.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Ah, meu Deus do céu! Mas daí não vou poder falar!

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Perdão. Desculpe, mas...

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): *Pela ordem*, Deputado.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): *Pela ordem.* Quero, em nome da Liderança do PSD, dizer o seguinte, que semana passada inclusive o Presidente Curi tomou um posicionamento; nós temos o Regimento Interno...

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Mas na minha... Fala depois!

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Pediria até que o senhor me ouvisse, por favor, Deputado.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Não, o senhor se inscreva, por favor, se quer falar. Não fale no meu tempo.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Estou dizendo que Vossa Excelência...

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Peço que o senhor me ouça.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Vossa Excelência está...

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Eu peço que o senhor... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): *Pela ordem,* Deputado... Deputado Romanelli, *pela ordem.*

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhora Presidente, gostaria que assegurasse para mim a palavra *pela ordem* no seguinte sentido. O Regimento da Casa tem que ser seguido por todos os Parlamentares, palavras injuriosas são proibidas e não é essa... O Regimento está muito claro. Desculpe, serve para Deputados, serve para qualquer um de nós aqui.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Então me mande para o Conselho de Ética!

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): E a questão não é Conselho de Ética, é o regramento...

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Me censurar, não!

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): *Questão de ordem*, Presidenta.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Me censurar, não.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): *Questão de ordem*.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini - União): Pela ordem, Deputado...

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Ah...

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, ele tem direito à fala e se ele cometer algum processo que vá de encontro, ele é responsabilizado. Agora, cercear a fala não dá. Não tem como! O que foi colocado aqui...

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): O Regimento, Deputado, prevê no art. 121, ele prevê que: “Para a manutenção da ordem, respeito e solenidade das Sessões, serão observadas as seguintes regras”, Inciso VII: “o Deputado que usar o direito de fala dirigirá suas palavras ao Presidente ou para a Assembleia de modo geral, não sendo permitidas expressões injuriosas, des corteses ou que infrinjam regras de boa conduta”. Então, peço que tentemos manter aqui a serenidade, para que concluamos os trabalhos.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Eu estava com um minuto e cinquenta, antes de ser novamente interrompido, então peço que restitua o meu tempo.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – UNIÃO): Repomos esse horário, mas pedimos, só para que consigamos terminar, que usemos palavras mais adequadas.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Estou esperando a reposição do meu tempo de um minuto e cinquenta, quando eu fui, por *questão de ordem*, que não foi dito nenhum artigo, interrompido. Então, por favor, um minuto e cinquenta.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Pode voltar para dois.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Novamente. Estava eu a denunciar a Polícia Militar assassina, que executou friamente, com sete tiros, sendo filmada, o Wellington dos Santos, em Colombo, nesse sábado. Sete tiros. A mesma Polícia Militar assassina que matou, inclusive, um próprio policial militar, ao atropelar um motoboy que fugiu de uma *blitz*, em Almirante Tamandaré, nessa quinta-feira. Estava eu a denunciar o assassinato covarde do jovem Ian Cordeiro, de 21 anos, que deixou uma esposa grávida de sete meses, na Avenida Mascarenhas de Moraes, no mês passado. Todos esses assassinatos ocorreram sob a administração e comando do Governador Ratinho Junior, que portanto é também cúmplice desses assassinatos, até que ele mesmo faça justiça e encontre punição, para que esses policiais não cometam mais esse crime. E mais: o Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, Coronel Hudson Teixeira, permitiu que o seu irmão, lotado na Previdência do Estado, transferisse um preso de uma unidade para outra, para que no mesmo dia esse preso se encontrasse enforcado, suicidado, a um palmo do nariz do Governador. Se isso não é corrupção, não sei o que é! Portanto, Governador Ratinho Junior, assassino e corrupto. Essas são as palavras... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Por gentileza, peço a palavra... Artigo 29, VIII: “Interromper o orador que se desviar da questão, faltar com a consideração aos Poderes constituídos, advertindo-o, chamando-o à ordem e retirando-lhe a palavra”. Uma das atribuições do Presidente, Deputado.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhora Presidente, permita-me de novo falar a *questão de ordem*, com base no Regimento da Casa.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – UNIÃO): *Pela ordem.*

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Vossa Excelência, na condição de Presidente da Sessão, tem que cumprir o Regimento. Qualquer Parlamentar aqui... Aqui todos são iguais. Ninguém é mais igual do que o outro. As expressões des corteses, injuriosas, que são ofensivas aos Poderes constituídos estão bem tipificadas como proibidas. E V.Ex.^a tem que exercer justamente aquilo que prevê o Regimento. Nós votamos recentemente as alterações justamente para evitarmos isso! Não se trata de inibir a fala de ninguém, muito pelo contrário, é apenas fazer com que o debate aconteça em um nível que deva ser tratado. Ponto. É isso que quero, em nome da Liderança do PSD, solicitar, que serve para mim e para qualquer outro Parlamentar desta Casa, que a Presidência aplique o Regimento da Casa para todos nós.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Com toda a certeza, Deputado. Até por isso cassamos a palavra, antes mesmo que o Deputado terminasse a fala dele.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): *Questão de ordem*, complementando o que disse o nosso colega Deputado. Para o bem da democracia e da atividade parlamentar, garantida a nós por força da Constituição, é razoável, prudente e o mais correto a se fazer, encaminhar qualquer dúvida, caso, fato, injúria para o Conselho de Ética, após a fala do Parlamentar, sob pena de haver nesta Casa censura prévia e alguns temas caírem no tabu, alguns nomes que não podem ser citados. E isso reduzirá o nosso papel enquanto parlamentar e nos curvará ao Palácio Iguaçu, ao Governador, e isso não admitimos, porque a população não admite.

DEPUTADO BAZANA (PSD): *Pela ordem*, Deputada Flávia Francischini, Presidente.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): *Pela ordem*, Deputada Bazana.

DEPUTADO BAZANA (PSD): É inadmissível ouvirmos neste Plenário uma fala contra o nosso Governador Carlos Massa Ratinho Junior, sabendo da conduta do nosso Governador, conhecendo a integridade dele...

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, isso aí não é *questão de ordem*.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Não há *questão de ordem*, Deputado.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Isso não é *questão de ordem*, não. Isso é defesa de Governo. Vamos ter sinceridade aqui também.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Não há *questão de ordem*, Deputado. Não há *questão de ordem*. Passo a palavra ao próximo orador, Deputado Hussein Bakri.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pessoal, me enoja, mas muito, ver um membro do PT que nem aquele cara que está ali vir falar e chamar alguém de corrupto. Meu Deus do Céu, que falta de vergonha na cara! Onde estava você, rapaz, ou você não participava da política, quando colocaram dinheiro na cueca, dinheiro na meia, dinheiro na sacola? A maior vergonha da História deste País foi a corrupção que vocês fizeram no País. Vir chamar o Ratinho Junior... Ratinho Junior nunca foi preso. O Ratinho Junior não responde processo. Ratinho Junior tem uma administração que é exemplo para este País e falamos isso com muito orgulho. Portanto, lave a boca para falar do Ratinho, rapaz. Você não tem moral para falar do Ratinho. O Ratinho, hoje, está cotado para ser Presidente da República, por conta do grande Governo que faz. Agora, vir chamar de corrupto? Aliás, Sr.^a Presidente, não aceito isso; tem que tomar uma providência, acho que esta Casa não pode... Agora, qualquer um que vem à tribuna, tenho liberdade para falar o que quiser e vou entrar, o meu direito termina quando começa o do outro. Quando começo a ofender o outro, termina o meu direito. *Mão suja de sangue*, falar em corrupção, prove! O Conselho de Ética está lá e tem que ser

enviado para o Conselho de Ética. Vou cobrar para que ele prove, prove corrupção. Corrupção tem que ser provada. Pode ser denunciada aqui? Pode, corrupção deve ser denunciada, aqui, em qualquer local, o Legislativo serve para isso. Agora, pelo amor de Deus! Pelo amor de Deus, falar aos ventos, falar aos ventos, não. Quero que prove! Então, faço um pedido para V.Ex.^a aqui, em meu nome e tenho certeza De que da nossa bancada, dos Deputados da base, porque temos certeza do que falamos. Agora, o que também salta aos olhos é essa generalização que eles fazem da polícia. Temos dois policiais aqui exemplares, do Proerd, duvido que não se sentiram ofendidos quando você generaliza e afirma que são bandidos os policiais militares. Pelo amor de Deus, que injustiça. Podemos ter um caso aqui, acolá? Podemos; mas, serão apurados devidamente, com a participação do Ministério Público, com todas as entidades após, para tentar apurar e definir as suas respectivas punições. Agora, chegar aqui nesta tribuna e chamar eles de assassinos, todos? Gente, com que motivação que um policial vai para a rua, largar a sua família, largar os seus filhos, cuidar de nós no Natal, no Ano Novo? Ir para a rua enfrentar um bandido, sabendo que tem um representante do povo que o chama de bandido, de assassino? Não aceito isso. Não aceito! Quero repudiar essa fala, que não condiz... O Deputado pediu um aparte, se não me engano.

Deputado Marcelo Rangel (PSD): Permite-me um aparte também, Deputado?

Deputado Denian Couto (PODE): Primeiro quero cumprimentá-lo pela firmeza das palavras, Deputado Hussein. Mas quero falar aqui como um Deputado que está tentando trabalhar. Temos 15 projetos para serem votados e discutidos, mais uma Sessão Extraordinária. Novamente esta Assembleia Legislativa se perde em um debate absolutamente despropositado, com ofensas pessoais que distorcem a razão do parlamento. Então, gostaria de fazer um apelo, em nome – penso eu – de boa parte desta Casa que não gosta de circo. Estou aqui para trabalhar e quero pedir ao senhor que, na conclusão dessa sua manifestação, que concordo, que possamos, Deputado Hussein, olhar para o Paraná, que tenho certeza de que é seu anseio também. Agradeço.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Obrigado. Um minuto para cada Deputado, e vou voltar a falar.

Deputado Delegado Tito Barichello (UNIÃO): Parabéns pelas palavras, Deputado Hussein. Conheço profundamente a nossa Polícia Militar, como Delegado de Polícia. Conheço a nossa Polícia Científica, a nossa Polícia Civil, a nossa Polícia Penal. Os nossos policiais são exemplo para o Brasil. Nesse caso concreto, infelizmente, perdeu-se uma vida; ninguém é favorável à morte. Mas o pior de tudo foi a morte de um policial, um pai de família, uma pessoa que perdeu a vida lutando em prol de todos nós. E só vejo a palavra do Deputado Renato Freitas para defender os criminosos, nunca defender os policiais. Que País é este, que inversão de valores é esta, Deputado Hussein Bakri, que vivemos hoje no Brasil? Parabéns ao nosso Governador Ratinho e parabéns à nossa Polícia Militar.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Tem mais algum pedido aqui? Senão, preciso...

Deputado Marcelo Rangel (PSD): Deputado, aqui.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Bem rapidinho. Por favor, Deputado.

Deputado Marcelo Rangel (PSD): Olha, muito rapidamente, Deputado Hussein. Sinto-me entristecido como Parlamentar, representante também dos paranaenses, de ter ouvido um pronunciamento como ouvi nesta tarde do Deputado Renato. Com todo o respeito ao Parlamentar, ele tem direito à sua liberdade de expressão, tem direito à tribuna, mas não tem direito ao desrespeito aos paranaenses. Desrespeitou todo paranaense que acompanha esta Sessão, chamando nosso Governador de “assassino” e vai sofrer, sem dúvida nenhuma, as consequências dentro não só do código de ética desta Assembleia, mas também diante da opinião pública dos paranaenses.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Muito obrigado, Deputado. Para encerrar o Arruda, daí vou ter que dar uma nota aqui.

Deputado Ricardo Arruda (PL): Lamento muito essa crítica leviana e infundada contra a Polícia Militar do Paraná, que é considerada uma das melhores no Brasil. O Paraná é um dos estados mais seguros do Brasil e vem agindo com rigor contra a bandidagem. Se tem erro, sempre tem a investigação. Agora, outra: chamar o Governador Ratinho Junior, que não tem nenhum processo e nunca foi julgado e nem condenado, chamar de “corrupto” e chamar de “assassino”, isso aí realmente é um crime, outra coisa, ainda mais vindo de um Deputado do PT, onde o Presidente dele, um ex-presidiário que foi investigado, julgado, condenado e preso, e quando lhe dou o adjetivo aqui, eles ficam bravos, desobedecendo ainda à palavra do Presidente desta Casa, que disse que vai punir e encaminhar para o Conselho de Ética. Então, lamento muito. Peço perdão à Polícia Militar. Esse pessoal não representa nem a nós no Paraná e nem ao Brasil, por isso que o Lula não pode andar na rua e nós de direita podemos, e vocês, quando andam na rua, são aplaudidos. Muito obrigado.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, a Polícia Militar do 27.^º BPM, após identificar um veículo roubado e deter um dos envolvidos, por conta desse que foi detido, esse denunciou o segundo envolvido, em Colombo. Ele reagiu à abordagem, foi encontrada a arma e houve uma intervenção policial que resultou na morte, nesse caso que o Deputado fala em Colombo. Está aqui! Mesmo assim, quando há uma morte, existe um inquérito policial, sempre com o acompanhamento do Ministério Público. Um outro fato que foi citado aqui, houve um acompanhamento tático, quando o motociclista não acatou a ordem de parada, evadindo-se em alta velocidade, e uma unidade iniciou um acompanhamento tático. Infelizmente aconteceu um acidente e nesse acidente resultou a morte dessa pessoa que o Deputado citou e também do policial que estava em uma operação. Se isso é ser bandido, assassino, não sei! O policial perdeu a sua vida na ocorrência. Só quero finalizar aqui dizendo que tenho muito respeito, sempre tratei com respeito toda a Oposição, mas só não admito quando um determinado elemento da Oposição, apenas ele, faz afirmativa chamando alguém de “corrupto” e “assassino”. Isso não vai ficar em branco nunca! Não aceito, como tenho certeza de que vocês também não aceitariam.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Antes do próximo orador, Deputado Arilson Chiorato, esta Presidente gostaria de deixar registrado aqui, consoante às indagações do nosso Líder, que foi pedido para cassar a palavra, consoante o art. 29 do nosso Regimento, assim como aqui está respaldado e também conforme determinação de semana passada do Presidente Alexandre Curi, estamos encaminhando a Ata da Sessão para o Conselho de Ética, para que possa verificar todos os acontecidos e todas as condutas. Próximo orador: Deputado Arilson Chiorato.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidenta, temos que ter dois pesos e duas medidas iguais para todos os Deputados e Deputadas aqui nesta Casa. Como Presidente do Partido dos Trabalhadores do Estado do Paraná, também não posso ficar admitindo xingamentos que tem ao partido aqui dentro desta Casa. Agressões. E aqui foi colocado semana passada que, quando qualquer Deputado ou Deputada não cumprisse o que estava a Mesa colocando, a Presidência cassaria a palavra e seria encaminhado ao Conselho de Ética. O Deputado Renato Freitas tem o direito de se expressar. Ponto final. A opinião dele, ele pode colocá-la. Se ele cometeu alguma transgressão, vai ter um processo. Agora, não podemos aqui, Deputado que não é a Presidência, querer censurar outro Deputado. O Deputado Renato fez uma fala; o Arruda, nesse momento em que o Hussein abriu a palavra, falou também e também ofendeu, e não foi tomada a mesma medida! Então aqui é o seguinte: *Pau que bate em Chico, bate em Francisco*. Vai ser feita a mesma coisa: tratamento linear, horizontal, igual para todos e todas aqui. E vou entrar em um tema delicado aqui, que é a violência policial. Claro que não se pode generalizar! Não são todos os policiais que são violentos ou cometem delitos. Mas o Deputado tem a opinião dele e pode falar! Mas, que está tendo um aumento de violência policial no Estado, está; que está tendo mortes em excesso, está. Tem documento do Ministério Público comprovando isso! Nós recebemos aqui, fizemos uma Audiência Pública sobre isso. Aumentou em mais de 20%, do ano passado para cá. Morte inclusive com pessoas que não estavam portando armas. A gente tem que olhar este assunto. Agora, não pode a Base Governista querer calar uma voz da Oposição pela forma

que ela se expressa! Não vou admitir isso. Se teve alguma coisa que não está no código de conduta de ética, que vocês estão alegando, vai abrir um processo disciplinar e ele vai responder. Agora, direito de fala ele tem. E quando ele coloca aqui o que ele pensa, temos que respeitar. A Mesa... Viu, Presidenta. Presidenta. Só a Mesa, só a Presidenta tem direito de cercear a fala de um Deputado aqui nesta Casa, que foi isso que foi colocado. Então, várias *questões de ordem* “sem pé e sem cabeça”, *questão de ordem* que sequer citar o número do artigo do Regimento. Isso não é *questão de ordem*! Tem *questão de ordem* para defender o Governador. Não pode! Não pode. Já que é para tocarmos este processo ao pé do Regimento Interno, ao pé do processo legal, tem que usar para todo mundo. Está sendo desigual o processo, e tenho que deixar isso claro. E não vou aceitar que o Deputado Renato Freitas seja tratado de forma desigual. De jeito nenhum! Vai ser todo mundo tratado igual. O que for usado contra ele, tem que ser usado contra os outros também, por um simples fato: todo mundo aqui se eleger com o voto popular, uns com mais votos, outros com menos, mas todo mundo aqui representa uma parcela da população. Então, quando xingar o PT lá, tem que ter justiça, abrir um processo; quando chamar o Lula daqueles nomes que estão acostumados a chamar lá, tem que ter processo; quando xingar a Gleisi, como foi xingada aqui, quando maltratar e fazer política de violência de gênero, como fizeram com a Ana Julia, tem que ter processo aqui dentro. Ou estamos vendo só de um lado? Ou a Comissão de Ética só vale para o PT? O que é isso aqui dentro? Não vamos aceitar isso, não! Já não foi colocado que na semana passada ia ser feito isso, para amenizar os problemas aqui dentro? Então, esperamos o bom senso, porque, do jeito que está caminhando, isso vai piorar muito mais. Se for feito da forma que está sendo colocada e a Mesa, ao detectar que entende que há um rompimento, que faça a intervenção. Agora, Deputado da Base do Governo fazer intervenção para defender o Governador em *questão de ordem*, o que é isso? Vir acusar porque ele está denunciando o que ele pensa?! Poxa, ele tem todo o direito de fazer isso. Deputado Requião Filho.

Deputado Requião Filho: Deputado Arilson, já que a Casa gosta de trabalhar com absolutos e hipérboles, quero parafrasear aqui Nietzsche. Nietzsche traz para

nós uma frase interessante: “*Se você mata uma barata, você é um herói; se você mata uma borboleta, você é mau. A moralidade tem critérios estéticos*”. E aqui na Casa é igualzinho. Bater de frente com o Renato Freitas gera *like*, gera conteúdo de internet, gera discurso de nicho, e vários Deputados fazem isso seguidamente. Já quando, do outro lado, sobe o nosso colega Missionário Arruda, não gera tanto *like* na rede deles bater de frente com o Ricardo Arruda. Então, independente do que o Ricardo fale, eles se calam. E realmente a Casa tem que ter aqui um padrão e uma definição do que podemos e não podemos falar. Denúncias fazem parte do nosso trabalho como Deputados, colocar a nossa opinião faz parte da nossa liberdade parlamentar. Ofensas pessoais fogem do que o STF entende como imunidade parlamentar de tribuna, mas o nosso trabalho não pode ser cerceado previamente, nem censurado. Então, gostaria que todos esses colegas indignados, que tentam trabalhar enquanto trabalhamos, fizessem o mesmo quando daquele lado de lá os desafors forem ditos. Era isso, Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Obrigado, Deputado. Deputado Renato Freitas.

Deputado Renato Freitas (PT): Primeiramente, gostaria apenas de sublinhar que em nenhum momento generalizei dizendo que todo o efetivo policial do Estado do Paraná é assassino, covarde ou corrupto. Eu enumerei fatos específicos – três deles – e incluí uma vítima policial militar, Esmale da Silva, que, infelizmente, foi vítima letal da imprudência e imperícia de um outro policial militar, ali em Almirante Tamandaré. Feita essa observação, gostaria também de reafirmar a impossibilidade da censura prévia, porque isso seria a falência da democracia nesta Casa. Muito obrigado pelo aparte, Deputado.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Disponha, Renato. Deputado Antenor.

Deputado Doutor Antenor (PT): Eu queria me solidarizar às vítimas da violência policial aqui especificada. Quando se traz a denúncia, que tenho certeza de que os militares aqui presentes, que são corretos, que trabalham, jamais vão se sentir à vontade por policiais que sejam violentos. Os policiais violentos são a exceção e

sei disso. Minha filha, quando passou a exercer a mesma profissão minha, de médico, me disse: *Pai, quantos policiais estão em estado depressivo e em depressão.* Porque tem a tal da hierarquia e disciplina, o militarismo envolve isso. Mas a denúncia não se faz exclusivamente à violência de alguns policiais militares do Estado do Paraná, mas na concepção deste País como um todo pós-ditadura militar, onde a segurança pública... E aí sim alguns policiais militares que veem alguém à margem como seu inimigo. Digamos que esse rapaz que passou de moto por uma barreira, *a priori*, já foi feita a sentença e o julgamento, e assassinaram. Para que isso? Para que isso? Qual o grande crime que ele cometeu? É esse olhar, é esse debate que temos que ter, e não passarmos a debater aquilo que não é importante. Só debatemos aqui a figura, o posicionamento do Renato, e esquecemos de discutir com profundidade esse tipo de violência, que alguns a cometem, que daí leva a trabalhadores honestos da segurança pública serem colocados no mesmo balaio. E tenho certeza de que os policiais corretos, os policiais que honram a sua farda se sentem envergonhados de alguns desses que cometem crimes a torto e a direito – e existem! E aqui o Renato quantas vezes trouxe, e dói no nosso coração vermos inúmeros jovens serem assassinados, já prejulgados e assassinados no mesmo momento.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Exatamente. Estamos tendo aqui hoje um ataque ao jeito que o Deputado fala e não ao conteúdo da denúncia que está sendo feita... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Um minuto para concluir, Deputado.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Temos que voltar, Presidenta, a debater o Paraná. O que está sendo feito aqui é um debate do Paraná, estão se colocando situações de aumento de violência e estão se pedindo providências, mas não, aí se prende à forma que falou para querer não debater o assunto. Então, espero que essa Mesa tome providências. Quero falar agora de uma coisa muito importante também para o Estado do Paraná: neste momento a ADI n.^o 20.933/21,

ADI promovida por esta Oposição sobre a LGU, julgamento do órgão especial do TJ confirma a constitucionalidade em diversos artigos da Lei. No entendimento dos Desembargadores, a Lei fere a autonomia universitária ao impedir o correto controle do orçamento, a contratação via concurso público, mapeamento de TIDE e fechamento de curso, entre outros pontos. Lei do ano passado que esta Oposição acaba de derrubar no Tribunal de Justiça. Muito obrigado. Viva as universidades públicas do Paraná! Não à LGU!

DEPUTADO ARTAGÃO JÚNIOR (PSD): Senhora Presidente, uma *questão de ordem*, por gentileza.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): *Questão de ordem*, qual artigo, Deputado?

DEPUTADO ARTAGÃO JÚNIOR (PSD): Falo agora como Corregedor da Assembleia e gostaria de um esclarecimento da Mesa, se for possível hoje, se não for possível hoje que me seja encaminhado por escrito até amanhã. O artigo 90, Sr.^a Presidente, diz o seguinte: “*Compete ao Corregedor: I – Promover a manutenção do decoro, da ordem, da disciplina no âmbito da Assembleia Legislativa do Paraná*”. Art. 91: “*O Corregedor poderá, observados os preceitos regimentais e as orientações da Mesa, baixar provimento no sentido de prevenir perturbações de ordem e de disciplina no âmbito da Casa*.” Por que faço a *questão de ordem*, Sr.^a Presidente? Há algum tempo temos debatido, infelizmente, esse tipo de postura, procedimentos, adjetivos, acusações nesta Casa. Esse debate tem provocado cansaço em todos nós, sobretudo na sociedade paranaense. Há muito tempo, temos recebido denúncias ora para a Corregedoria, ora para o Conselho de Ética, e muitas vezes, por falta de materialidade ou por falta de tempo ou por falta de condições processuais, as coisas não chegam ao seu final como deveriam chegar. A *questão de ordem* que esta Corregedoria faz é que existe uma discussão já latente, há algum tempo, no sentido do melhoramento do regramento das atitudes e ações que o Conselho de Ética pode tomar e também que a Corregedoria pode tomar. Eu gostaria de saber como está esse

processo. Caso esse processo esteja ainda em estágio inicial e nebuloso, me permitirei encaminhar um provimento no sentido de prevenir as perturbações. Eu não estou aqui me dirigindo ao Deputado Renato Freitas nem ao Deputado Ricardo Arruda nem a quem quer que seja, estou dizendo que não é mais possível estarmos sujeitos a esse tipo de debate. Como todos aqui sabem, não é interesse dos Parlamentares, como não é o interesse e desejo da sociedade paranaense. É necessário tomarmos uma atitude. E a minha pergunta como Corregedor é: Como andam os procedimentos com relação a essas tratativas e esses esclarecimentos com relação ao que compete a cada órgão? E, se não existe, se posso, Presidente, encaminhar na próxima semana um provimento nesse sentido. E ainda mais, uma terceira observação: Se cabe ao Corregedor de ofício manifestar-se no sentido de advertir posturas e condutas nesta Casa. Porque, se assim for, não quero mais ser questionado pelos meus filhos ou pelas minhas filhas, muitas vezes, por que não podem assistir determinados debates na Assembleia, porque ensino para as minhas filhas e para os meus filhos que o palavrão não é adequado, que o xingamento não é adequado, e muitas vezes estou tendo que proibir filhos, netos, crianças que vão à minha casa de assistir o meu ambiente de trabalho, porque palavras de baixo calão, discursos inapropriados estão sendo proferidos aqui. Então, esta Corregedoria, muito embora não tenha recebido procedimentos e denúncias nos últimos meses, todos eles têm sido encaminhados ao Conselho de Ética, levanta-se para fazer esses questionamentos e para tentar esclarecer, porque acho que é chegada a hora, seja para um lado, seja para outro, de tomarmos providências. Ou nos adequamos, ou nos respeitamos, ou temos que tomar atitude. Era essa questão de ordem, Sr.^a Presidente.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (PP): *Pela ordem*, Presidente.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Qual artigo? Pela ordem, qual artigo?

DEPUTADO MARCIO PACHECO (PP): Falo neste momento como Vice-Presidente do Conselho de Ética...

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini - UNIÃO): Só um minuto, Deputado. Deixe-me só eu dar a resposta aqui para o Deputado.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (PP): Mas eu posso contribuir, Presidente, porque sou o Vice-Presidente do Conselho de Ética e o Presidente não está presente. Sei como está o andamento da pergunta do Deputado Artagão.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – UNIÃO): Isso, exatamente. Só para eu terminar aqui de responder. Já está tramitando nas diretorias a revisão, principalmente dessa parte da competência e quais são as atribuições na Corregedoria, Deputado, e do Conselho de Ética. *Pela ordem*, Deputado Pacheco.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (PP): Presidente, esse assunto foi objeto de debate no Conselho de Ética na última reunião que tivemos. E, de fato, a partir do art. 268, 269, quando se trata de todo o regramento de atuações, de ações de Parlamentares que compete ao Conselho de Ética fazer o julgamento. E de fato há um entendimento que é bastante difícil se atribuir uma punição, seja como for o caso, em diversas ações de Parlamentares. E o Presidente Jacovós, então, pediu para que se desse andamento ao que já havia sido pedido no Conselho de Ética anterior, Deputado Artagão, e o Procurador da época já havia feito um esboço de aprimoramento do Regimento, e agora ele reforçou para o atual Procurador para que também estude e apresente, em um prazo de dez dias, um esboço para que os Parlamentares possam opinar e então aprimorar o Regimento. Sem esse aprimoramento, de fato, é bastante difícil de poder trazer qualquer tipo de consequência à altura, às vezes, das atitudes que se veem. Não estou falando de um lado ou de outro, seja de qual Parlamentar for. Então acredito, Presidente, que nos próximos dez dias deve ter – agora já menos – esse posicionamento da Procuradoria-Geral da Casa e depois os Deputados poderão, certamente, opinar para avançar em uma proposta de alteração do Regimento para aprimorar esse quesito.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Deputado Pacheco, só também respondendo, como já havíamos falado, já está tramitando toda essa

revisão, para que possamos ver as alçadas, analisar as alçadas do Corregedor e do Conselho de Ética. E também, aqui respondendo ao nosso Deputado Arilson, estamos encaminhando toda a Ata, com todas as falas da Sessão, para o Conselho de Ética, para verificarmos a conduta de todos os Deputados e assim termos igualdade aqui dentro.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidenta, *questão de ordem* também. Uma sugestão aqui, em nome da Oposição, que toda alteração no Regimento seja feita por uma Comissão do Regimento e que prevê a participação da Oposição junto. Acho que temos que dar uma olhada em um todo e não ficar fazendo parte em parte. É só uma sugestão para que a senhora acate ou não.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Podemos analisar, Deputado. **Passamos à Ordem do Dia.**

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adão Litro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Alisson Wandscheer (SD), Ana Júlia (PT), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Bazana (PSD), Cantora Mara Lima (REP), Cloara Pinheiro (PSD), Cobra Repórter (PSD), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Tito Barichello (UNIÃO), Denian Couto (PODE), Doutor Antenor (PT), Doutor Leonidas (CDN), Fabio Oliveira (PODE), Flavia Franscischini (UNIÃO), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Gugu Bueno (PSD), Hussein Bakri (PSD), Jairo Tamura (PL), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Corti (PSB), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mauro Moraes (UNIÃO), Maria Victória (PP), Marcelo Rangel (PSD), Marcio Pacheco (PSD), Márcia Huçulak (PSD), Moacyr Fadel (PSD), Ney Leprevost (UNIÃO), Nelson Justus (UNIÃO) Paulo Gomes da TV (PP), Professor Lemos (PT), Requião Filho, Renato Freitas (PT), Ricardo Arruda (PL),

Reichembach (PSD), Samuel Dantas (SD), Soldado Adriano José (PP), Tercílio Turini (PSD) e Thiago Buhrer (UNIÃO) (48 Parlamentares); Deputados ausentes com justificativa: Batatinha (MDB) (Req.1122 - Art. 97, § 3º, I do Regimento Interno), Evandro Araújo (PSD) (Req.1129 - Art. 97, § 3º, I do Regimento Interno) (2 Parlamentares) Deputados ausentes sem justificativa: Delegado Jacovós (PL), Mabel Canto (PP), Marli Paulino (SD), Matheus Vermelho (UNIÃO) (4 Parlamentares).]

Projetos regulamente protocolados pelos Senhores Deputados.

Projetos de Lei: (Com apoio e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 323/2025**, da Deputada Cristina Silvestri, que altera a Lei n.º 22.128, de 27 de agosto de 2024, que institui o Dia da Traktorfest de Entre Rios, a ser comemorado anualmente no último final de semana do mês de julho; **Autuado sob o n.º 324/2025**, da Deputada Cristina Silvestri, que institui o dia 23 de abril como o Dia Estadual do Chorinho no âmbito do Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 325/2025**, do Deputado Anibelli Neto, que concede o título de utilidade pública ao Instituto Histórico e Cultural da Lapa, com sede no município da Lapa; **Autuado sob o n.º 326/2025**, do Deputado Gugu Bueno, que concede o título de utilidade pública à Associação Operário de Futsal, com sede no município de São João; **Autuado sob o n.º 327/2025**, do Deputado Thiago Buhrer, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Macaris do Livramento; **Autuado sob o n.º 328/2025**, do Deputado Delegado Tito Barichello, que institui o Dia Estadual da Comunidade Judaica no Paraná; **Autuado sob o n.º 329/2025**, da Deputada Marli Paulino, que dispõe sobre a vedação de benefícios e atendimentos preferenciais a bonecos humanizados, como os denominados bebês reborn, no âmbito do Estado do Paraná, e dá outras providências; **Autuado sob o n.º 330/2025**, do Deputado Matheus Vermelho, que concede o título de utilidade pública ao Maestro Esporte Clube, filial com sede no município de Foz do Iguaçu; **Autuado sob o n.º 331/2025**, do Deputado Samuel Dantas, que dispõe sobre a vedação de atendimento, triagem, registro, encaminhamento ou qualquer forma de

acolhimento a bonecas do tipo bebê reborn ou quaisquer objetos inanimados assemelhados nos serviços públicos do Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 332/2025**, da Deputada Márcia Huçulak, que institui no Calendário Oficial do Estado do Paraná o Dia da Gratidão e Reconhecimento à luta de todos os profissionais de saúde que trabalharam na linha de frente no combate a pandemia da Covid-19 e no dia a dia dos serviços de saúde; **Autuado sob o n.º 333/2025**, dos Deputados Marcelo Rangel, Cristina Silvestri, Tercílio Turini, Mauro Moraes, Doutor Leônidas, Delegado Tito Barichello, Cloara Pinheiro, Jairo Tamura, Batatinha, Ney Leprevost, Mabel Canto, Cobra Repórter e Flávia Francischini, que altera e acrescenta dispositivos a Lei n.º 21.964, de 30 de abril de 2024, que institui o Código da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista do Estado do Paraná, para aprimorar a Política Estadual de Atendimento a pessoa com TEA e assegurar direitos relacionados a saúde, educação, assistência Social e inclusão; **Autuado sob o n.º 334/2025**, do Deputado Cobra Repórter, que institui a Política Estadual de Preservação do Patrimônio Paleontológico no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 335/2025**, dos Deputados Alexandre Curi, Maria Victória e Gugu Bueno, que altera a Lei n.º 13.115, de 14 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a concessão de título de cidadão honorário ou benemérito.

Projeto de Decreto Legislativo: (Com apoioamento e encaminhado à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 7/2025**, da Comissão Executiva, que homologa o Decreto do Poder Executivo n.º 9.908, que altera o regulamento do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.

Passamos aos Itens da pauta.

Temos três Redações Finais.

ITEM 1 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 703/2024, de autoria da Deputada Cristina Silvestri, que insere no Calendário Oficial de Eventos Turísticos do Estado do Paraná o FECIN (Festival de Cervejas de Inverno) na cidade de Guarapuava.

ITEM 2 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 786/2024, de autoria do Deputado Tiago Amaral, da Deputada Cloara Pinheiro e do Deputado Soldado Adriano José, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Pastor Benedito Santos Rosa.

ITEM 3 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 91/2025, de autoria do Deputado Luiz Fernando Guerra, que concede o título de utilidade pública ao Instituto JOJOCA de Beneficência, com sede no município de Pato Branco.

Não foram apresentadas Emendas de Redação. **Está dispensada a votação.**

ITEM 4 – 2.º Turno do Projeto de Lei n.º 199/2024, de autoria do Deputado Anibelli Neto, que institui a Semana Estadual de Mobilização e Incentivo à Frequência e Combate à Evasão Escolar no Estado do Paraná. Parecer favorável da CCJ, com emenda e Comissão de Educação. Vamos apreciar o Projeto, ressalvada a Emenda. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto "sim".

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota "sim".

SR.ª PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini - UNIÃO): Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pessoal, o voto é "sim". Pessoal que não votou...

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Senhora Presidenta, enquanto nossos Parlamentares tomam posição, queria aqui, na posição de Presidente da Frente Parlamentar da Habitação e da Regularização Fundiária, convidar os nossos membros para encontro nesta quarta-feira, 11 horas, com anuência do Presidente da CCJ, reunião na CCJ com a presença do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que fará relato do programa *Moradia Legal*, com a presença do Desembargador Abraham Lincoln e Evandro Portugal. Era isso, Sr.ª Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Encerrada a votação: **[Votaram Sim:** Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Fabio Oliveira, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (43 Deputados); **Não Votaram:** Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Batatinha, Del. Jacovós, Evandro Araújo, Flavia Francischini, Mabel Canto, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho e Samuel Dantas (11 Deputados).] Com 43 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 199/2024. (O Sr. Presidente, Deputado Alexandre Curi, registra em Ata o voto favorável da Deputada Maria Victoria.)**

Vamos apreciar agora a Emenda de Plenário. Em discussão a Emenda. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto "sim".

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota "sim".

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADA MARIA VICTORIA (PP): Senhor Presidente, *pela ordem.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem,* Deputada Maria Victoria.

DEPUTADA MARIA VICTORIA (PP): Gostaria de requerer o voto favorável pelo Item anterior, por gentileza, para registrar em Ata. Obrigada.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Colegas que ainda não votaram, voto "sim".

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Como votam o Deputado Alisson Wandscheer, Deputado Marcio Pacheco?

DEPUTADA FLÁVIA FRANCISCHINI (UNIÃO): Meu voto é "sim", Deputado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Devidamente registrado o voto da Deputada Flávia Francischini. Encerrada a votação: **[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (45 Deputados); Não Votaram: Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Batatinha, Del. Jacovós, Evandro Araújo, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Marli Paulino e Matheus Vermelho (9 Deputados).]** Com 45 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovada a emenda.**

ITEM 5 – 1.º Turno do Projeto de Lei n.º 464/2024, de autoria do Deputado Delegado Tito Barichello, que institui a Campanha Permanente sobre a Síndrome de Turner no Estado do Paraná. Parecer favorável da CCJ, com Substitutivo Geral, e Comissão de Saúde Pública. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto "sim".

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Voto "sim".

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente Alexandre Curi e demais membros da Mesa.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem*, Deputado Hussein Bakri.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Enquanto os deputados votam, só queria citar a presença aqui entre nós de dois policiais do BPEC, da minha região de União da Vitória, o Estachera e o Adriano. E hoje fizemos uma homenagem – não utilizamos o horário aqui – pelo brilhante serviço que o BPEC faz principalmente no enfrentamento às drogas com o Programa Proerd. Só quero pedir desculpas para vocês por alguns acontecimentos que não dependem de nós. Mas a Polícia Militar do Paraná receba o nosso carinho, o nosso respeito e parabéns pelo Proerd.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi - PSD): Esta Presidência também agradece a presença do Prefeito de Mariópolis, Sr. Mario Paulek, por solicitação do Deputado Guerra. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (44 Deputados); **Não Votaram:** Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Batatinha, Del. Jacovós, Evandro Araújo, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marli Paulino, Matheus Vermelho e Requião Filho (10 Deputados).] Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 464/2024.

ITEM 6 – 1.º Turno do Projeto de Lei n.º 259/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 32/2025, que altera a Lei n.º 21.926, de 11 de abril de 2024 - Código Estadual da Mulher Paranaense. Parecer favorável da CCJ, Comissão de Segurança Pública e Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): *Pela ordem*, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem*, Deputado Ney Leprevost.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Obrigado, Presidente. Gostaria de registrar a presença aqui no Plenário do grande atleta brasileiro, jogador de futebol, Lúcio Flávio Ribeiro, que atualmente atua em Portugal, no Clube União Idanhense. Quero agradecer a presença do Lúcio Ribeiro nesta Casa, ele que já jogou também pelo Coritiba Futebol Clube.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Colegas que não votaram ainda, o voto é “sim”.

DEPUTADA MÁRCIA HUÇULAK (PSD): Senhor Presidente, enquanto o pessoal vota, *pela ordem*...

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem*, Deputada Márcia.

DEPUTADA MÁRCIA HUÇULAK (PSD): Quero informar a todos os Deputados e Deputadas e também a todos os servidores desta Casa que amanhã teremos disponível aqui, no ambulatório da Assembleia, a vacina contra a gripe para todos

os públicos. Então, a partir das 9 horas, os gabinetes aí. E também aproveitar para dizer que nós estamos, segundo notícia que o nosso Secretário de Estado da Saúde, Beto Preto, tem colocado, aumentou muito o número de casos de H1N1, enfim, da gripe, covid... Aumento de casos, um salto de 175% nos óbitos em crianças de um a quatro anos, por falta da vacinação. Então, vamos nos vacinar. Amanhã estará disponível a todos os públicos, na nossa Assembleia, para facilitar a vida de todos. Obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Encerrada a votação: *[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (44 Deputados); Não Votaram: Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Batatinha, Del. Jacovós, Evandro Araújo, Gugu Bueno, Mabel Canto, Marli Paulino, Matheus Vermelho e Requião Filho (10 Deputados).]* Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei nº 259/2025.**

ITEM 7 – 1.º Turno do Projeto de Resolução nº 4/2025, de autoria do Deputado Alexandre Curi, Deputado Gugu Bueno, Deputada Maria Victoria e Deputado Ademar Traiano, que altera o art. 76 do Anexo Único da Resolução nº 11, de 23 de agosto de 2016, que institui o Regimento Interno da Assembleia Legislativa, e adota outras providências. Parecer favorável da CCJ. Em discussão o Projeto Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Encerrada a votação: *[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (43 Deputados); Não Votaram: Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Batatinha, Del. Jacovós, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Gugu Bueno, Mabel Canto, Marli Paulino, Matheus Vermelho e Requião Filho (11 Deputados).]* Com 43 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Resolução n.º 4/2025.**

ITEM 8 – Turno Único do Projeto de Lei n.º 50/2025, de autoria da Deputada Cristina Silvestri, que institui o dia 13 de julho como o dia Música e Viola Caipira no âmbito do Estado do Paraná. Parecer favorável da CCJ e Comissão de Cultura.

DEPUTADA CRISTINA SILVESTRI (PSDB): Para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Para encaminhar, Deputada Cristina Silvestri.

DEPUTADA CRISTINA SILVESTRI (PSDB): Como a música e a viola caipira fazem parte da identidade cultural do Estado do Paraná, quero deixar aberto a todos os Deputados e Deputadas que quiserem assinar a coautoria. Era isso, Sr. Presidente. Obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): A Oposição encaminha voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Encerrada a votação: **[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (39 Deputados); Não Votaram: Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Arilson Chiorato, Batatinha, Del. Jacovós, Evandro Araújo, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Renato Freitas, Requião Filho e Ricardo Arruda (15 Deputados).] Com 39 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 50/2025. (O Sr. Presidente, Deputado Alexandre Curi, registra em Ata o voto favorável da Deputada Ana Júlia.)**

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Presidente, registre meu voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Devidamente registrado o voto da Deputada Ana Júlia.

ITEM 9 – Turno Único do Projeto de Lei n.º 103/2025, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que concede o título de utilidade pública à Associação Desportiva Atlética Bituruna - ADAB, com sede no município de Bituruna. Parecer favorável

da CCJ. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Esta Presidência pede a atenção dos Senhores Deputados, que na próxima terça-feira já teremos o texto da alteração no Conselho de Ética e da Corregedoria. Vamos dar conhecimento do texto a todos os Deputados que quiserem fazer sugestões e na outra semana já estará na Comissão de Constituição e Justiça para que essa Comissão vote e, posteriormente, o Plenário aprove ou não as alterações no Conselho de Ética desta Casa.

Como votam, Deputado Ney Leprevost, Deputado Reichembach, Deputado Renato Freitas, Deputado Requião Filho, Deputado Ricardo Arruda? Encerrada a votação: **[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (43 Deputados); Não Votaram: Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Batatinha, Del. Jacovós, Evandro Araújo, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Reichembach e Requião Filho (11 Deputados).]** Com 43 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 103/2025.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento n.º 1114/2025, dos Deputados Hussein Bakri, Gilson de Souza, Flávia Francischini, Batatinha, Luiz Cláudio Romanelli, Alexandre Amaro, Doutor Leônidas, Moacyr Fadel, Delegado Jacovós, Denian Couto, Márcia Huçulak e Cantora Mara Lima, requerendo a tramitação em regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 322/2025. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão, os contrários que se manifestem.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Contra.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Aprovado, com o voto contrário da Oposição. (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimento n.º 1102/2025, da Deputada Cristina Silvestri, solicitando o envio e expediente à Secretaria de Infraestrutura e Logística - SEIL, requerendo informações sobre a ampliação e duplicação da PR-170; **Requerimento n.º 1103/2025**, do Deputado Evandro Araújo, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda, Sr. Paulo Rogério do Carmo, requerendo informações sobre a exigência do Título de Eleitor para a emissão da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); **Requerimento n.º 1105/2025**, do Deputado Arilson Chiorato, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação - SEED, requerendo esclarecimentos sobre a instrução normativa conjunta n.º 1/2025 - SEED/DPGE/DNE/CDE e SEED/DG/NRHS; **Requerimento n.º 1125/2025**, do Deputado Arilson Chiorato, solicitando o envio de expediente para o Ex.^{mo} Secretário de Estado da Educação, solicitando esclarecimentos sobre a Resolução n.º 7.863/2024 -GS/SEED; **Requerimento n.º 1127/2025**, da Deputada Flávia Francischini, solicitando o envio de expediente ao Ex.^{mo} Sr. Carlos Alberto Gebrim Preto, Secretário Estadual

da Saúde do Estado do Paraná, requerendo informações sobre as ações de combate à Endometriose realizadas pelo Estado do Paraná. **Conforme acordo do Líder do Governo com os autores, serão encaminhados como envio de expediente.**

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 1031/2025, do Deputado Bazana, solicitando o envio de menções honrosas aos Presidentes e Diretoras da Associação Casa da Paz, do município de Dois Vizinhos, pelos 30 anos de relevantes atividades; **Requerimento n.º 1032/2025**, da Deputada Márcia Huçulak, solicitando o registro e o envio de menção honrosa aos nomes relacionados, em virtude dos relevantes serviços prestados à Saúde Pública do Paraná e em virtude da homenagem à Semana da Enfermagem, que se realizará no dia 16 de maio, no Plenário desta Casa de Leis; **Requerimentos n.ºs 1033 a 1040 e 1056 a 1058/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o registro e o envio de votos de pesar às famílias pelo falecimento dos senhores: Armindo Natal Túlio, ocorrido no dia 25 de abril; Carlos Henrique Pinto Fadel, ocorrido no dia 25 de abril; Marco Aurélio Krieger, ocorrido no dia 28 de abril; José Pinto Gonçalves, ocorrido no dia 28 de abril; Luiz Cláudio Mehl, ocorrido no dia 2 de maio; Aluizio Pereira Garrido, ocorrido no dia 2 de maio; Haroldo Ribeiro, ocorrido no dia 2 de maio; Eliseu dos Santos Pelegrino, ocorrido no dia 1.º de maio; Luis Sabater, ocorrido no dia 30 de abril; Sra. Maria Lurdes Binhara de Lima, ocorrido no dia 21 de abril; Roberto de Regina, ocorrido no dia 25 de abril; **Requerimento n.º 1041/2025**, dos Deputados Cantora Mara Lima e Alexandre Curi, solicitando o registro e o envio de menção honrosa ao Sr. Perci Fontoura, pela condução ao cargo de 3.º Vice-Presidente da Convenção Geral dos Ministros das Igrejas Evangélicas Assembleias de Deus - CGADB; **Requerimento n.º 1042/2025**, do Deputado Gilberto Ribeiro, solicitando o envio de votos de louvor à Associação de Celíacos do Paraná (ACELPAR); **Requerimento n.º 1043/2025**, do Deputado Professor Lemos, solicitando o registro e o envio de menção honrosa pela passagem dos 27 anos do

Assentamento 16 de maio, no município de Ramilândia; **Requerimento n.º 1044/2025**, do Deputado Thiago Bührer, solicitando o registro e o envio de menção honrosa à Sra. Débora Chemin, pelos serviços prestados na saúde ao município de São José dos Pinhais; **Requerimentos n.ºs 1045 e 1053/2025**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando o envio de votos de louvor com menção honrosa para: os Ex-Presidentes da Associação dos Funcionários do Instituto Emater (AFA/PR); e à Professora Mariangela Hungria, engenheira agrônoma e pesquisadora do Novo Arranjo Pesquisa e Inovação Taxoline, da Fundação Araucária, pela conquista do prêmio Mundial da Alimentação de 2025, o World Food Prize; **Requerimentos n.ºs 1046 a 1052, 1054, 1055, 1059 a 1063, 1065 a 1070, 1072 e 1073/2025**, do Deputado Delegado Tito Barichello, solicitando o envio de votos de congratulações aos municípios de: Assaí; Primeiro de Maio; Ivaté; Braganey; Imbituva; Santa Terezinha de Itaipu; Alto Paraná; Uraí; Mandaguari; Alto Paraíso; Nova Santa Bárbara; Santa Lúcia; Maringá; Pranchita; Cantagalo; Turvo; Jesuítas; Ribeirão Claro; Três Barras do Paraná; Ventania; Nova Laranjeiras; e Virmond; **Requerimento n.º 1064/2025**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de menção honrosa ao Sr. Sérgio Teco dos Santos, em reconhecimento aos mais de quarenta anos de serviços prestados ao Estado do Paraná, especialmente no âmbito do DETRAN/PR; **Requerimento n.º 1071/2025**, do Deputado Soldado Adriano José, solicitando o registro e o envio de menção honrosa para o Sr. Adelson Gonçalves dos Santos, pelos seus serviços prestados como profissional de enfermagem e servidor da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná; **Requerimento n.º 1074/2025**, do Deputado Bazana, solicitando o registro e o envio de menção honrosa ao Sr. Cristhyano Cavali da Luz, pela sua trajetória profissional marcada pela excelência técnica, compromisso público e atuação estratégica em áreas de grande relevância para o desenvolvimento sustentável do municípios paranaenses e brasileiros; **Requerimentos n.ºs 1075 e 1087/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o registro e o envio de votos de louvor aos: Defensores Públicos do Estado do Paraná, por ocasião do Dia do defensor Público, celebrado em 19 de maio; Assistentes Sociais, pelos relevantes serviços prestados aos paranaenses e por

ocasião da celebração do Dia do Assistente Social, celebrado em 15 de maio; **Requerimentos n.ºs 1076 a 1078 e 1128/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o registro e o envio de votos de louvor e congratulações: ao nomes relacionados, pelos relevantes serviços prestados aos paranaenses na área do esporte e pela participação no Intercâmbio para o Treinamento de Badminton em Portugal e na Espanha; à Irmã Elisabete Surmacz, pelos relevantes serviços prestados aos paranaenses no exercício da sua missão religiosa e por ocasião da celebração pelos seus 100 anos de idade; ao DJ Jeison Sales, pelos relevantes serviços prestados aos paranaenses na valorização e incentivo a cultura do Flashback e pela celebração do 13.º ano de realização do Evento “Hits Parade - de Volta ao Passado”; à ADVB/PR - Associação dos Dirigentes de vendas e Marketing do Brasil, Seção Paraná, pelos relevantes serviços prestados aos paranaenses na área de Marketing e Vendas e por ocasião da celebração dos 60 anos de sua fundação; **Requerimentos n.ºs 1079 a 1081/2025**, do Deputado Luís Corti, solicitando o envio de menção honrosa para: Lenita Teixeira, empresária paranaense que, há quase 26 anos, dedica sua trajetória ao universo da infância; Nicolas Cordova, jovem de 18 anos, natural de Curitiba e residente em São João, que já se destaca por sua trajetória marcada pelo talento, dedicação e sensibilidade; e Gilberto Leonildo Bocchi, pela sua atuação como empresário no Sudoeste do Paraná, gerando destaque e desenvolvimento para a região; **Requerimento n.º 1088/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente à Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda do Paraná, requerendo a análise e viabilidade para a realocação dos funcionários, que operam a travessia do Ferry Boat de Guaratuba, em outros postos de trabalho; **Requerimentos n.ºs 1089 a 1091/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente à Secretaria Municipal do Meio Ambiente: Departamento de Limpeza Pública, requerendo providências para aumento da freqüência e melhoria do serviço de coleta de lixo comum e reciclável na Rua Danilo Gomes, no Bairro Boqueirão; Departamento de Produção Vegetal, requerendo providências para a manutenção da poda das árvores na Rua Paulo Gorski, no Bairro Mossunguê; Departamento de Limpeza Pública, solicitando providências para a análise e

viabilidade de implantação do serviço de coleta de lixo reciclável na Comunidade Três Pinheiros, no Bairro Butiatuvinha; **Requerimento n.º 1092/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente à Secretaria de Estado do Esporte do Paraná (SEES) e para o Paraná Esportes (PRESP), requerendo medidas a análise da oferta de vagas da Academia do Espaço Paraná Esportes, no Bairro Capão da Imbuia; **Requerimento n.º 1093/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente à Secretaria Municipal de Educação, com cópia para a ciência e acompanhamento ao Conselho Municipal da Pessoa dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, requerendo análise e providências para a adequação no roteiro de atendimento do Sistema de Transporte Escolar Especial - SITES; **Requerimento n.º 1094/2025**, do Deputado Luiz Cláudio Romanelli, solicitando o envio de expediente ao Superintendente Regional do DNIT no Paraná, Sr. Hélio Gomes da Silva Júnior, requerendo a instalação de lombada eletrônica com redutor de velocidade na BR-373, no trecho que especifica; **Requerimento n.º 1095/2025**, dos Deputados Luís Corti e Delegado Tito Barichello, solicitando o envio de expediente ao Presidente do DER/PR, requerendo providências quanto à instalação de um redutor de velocidade na PR-281, km 80, na Zona Rural do município de Dois Vizinhos; **Requerimento n.º 1096/2025**, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, solicitando o envio de expediente ao Diretor-Presidente do DER/PR, Sr. Fernando Furiatti Sabóia, requerendo a instalação de lombada eletrônica com redutor de velocidade na PR-522, nas proximidades do trevo que faz cruzamento da BR-373, no município de Imbituva/PR; **Requerimentos n.ºs 1097 a 1100, 1106 a 1113 e 1115/2025**, dos Deputados Alexandre Curi e Fábio Oliveira, solicitando o registro e o envio de menção honrosa: ao vencedor da categoria Artes Visuais do evento World Creativity Day; ao vencedor da categoria Design e Inovação do evento World Creativity Day; ao vencedor da categoria Gastronomia e Alimentação Criativa do evento World Creativity Day; ao vencedor da categoria Expressões Artísticas e Culturais do evento World Creativity Day; ao vencedor da categoria Territórios Criativo do evento World Creativity Day; ao vencedor da categoria Marcas Autorais do evento World Creativity Day; ao

vencedor da categoria Inovação Social e Impacto Comunitário do evento World Creativity Day; ao vencedor da categoria Tecnologia Criativa e Startups do evento World Creativity Day; ao vencedor da categoria Sustentabilidade e Meio Ambiente do evento World Creativity Day; ao vencedor da categoria Educação Criativa do evento World Creativity Day; ao vencedor da categoria Criatividade nos Negócios do evento World Creativity Day; ao vencedor da categoria do Ano do evento World Creativity Day; ao vencedor da categoria Moda Criativa do evento World Creativity Day; **Requerimento n.º 1101/2025**, do Deputado Gugu Bueno, solicitando o envio de expediente ao Diretor-Geral do DER/PR, requerendo informações sobre a readequação dos limites da velocidade na PRC-158, no município de Rio Bonito do Iguaçu; **Requerimento n.º 1104/2025**, do Deputado Evandro Araújo, solicitando o envio de expediente ao Ex.^{mo} Desembargador Fernando Wolff Bodziak, Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Paraná, requerendo esclarecimentos e possíveis providências acerca da exigência de certidão de óbito atualizada para a realização de tos notariais no âmbito do Estado; **Requerimento n.º 1116/2025**, da Deputada Ana Júlia, solicitando o registro e o envio de menção honrosa à Ong Nubia Rafaela Nogueira, com sede no município de Jacarezinho/PR; **Requerimento n.º 1117/2025**, do Deputado Tercílio Turini, solicitando o envio de votos de pesar à família pelo falecimento do Sr. Justino Amaral, ocorrido no dia 15 de maio de 2025; **Requerimento n.º 1118/2025**, do Deputado Soldado Adriano José, solicitando o registro e o envio de menção honrosa para o Sr. Breno Nascimento Lima Feitosa, em reconhecimento à sua destacada conquista como campeão paranaense de boxe; **Requerimento n.º 1119/2025**, da Deputada Luciana Rafagnin, solicitando o envio de expediente à Secretaria da Administração e da Previdência (SEAP), requerendo a análise da viabilidade para implementação do auxílio-alimentação para os professores e técnicos das Instituições de Ensino Superior contratados em regime especial; **Requerimento n.º 1124/2025**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, requerendo providências para a efetiva promoção das ações previstas na Lei Estadual n.º 22.295, de 7 de março de 2025, que instituiu a Campanha Permanente de Conscientização e

Prevenção à Hepatites Virais (Campanha Nikole Bozza), a ser desenvolvida no âmbito do movimento nacional denominado “Julho Amarelo”; **Requerimento n.º 1126/2025**, do Deputado Tercílio Turini, solicitando o envio de menção honrosa à Sr.^a Salime Izar Dakkach, em comemoração aos 60 anos do Restaurante Kiberama.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.º 1030/2025**, do Deputado Hussein Bakri, requerendo o arquivamento do Projeto de Lei n.º 1022/2025, protocolado no dia 13 de maio nesta Casa de Leis; **Requerimento n.º 1085/2025**, do Deputado Arilson Chiorato, requerendo o arquivamento dos Projetos de Lei n.^{os} 450/2022 e 677/2023, de sua autoria; **Requerimento n.º 1086/2025**, do Deputado Matheus Vermelho, requerendo o arquivamento do Projeto de Lei n.º 18/2025; **Requerimento n.º 1120/2025**, dos Deputados Cloara Pinheiro e Soldado Adriano José, requerendo a inclusão da Deputada Cloara Pinheiro como coautora ao Projeto de Lei n.º 786/2024; **Requerimento n.º 1121/2025**, dos Deputados Ney Leprevost, Bazana e Delegado Jacovós, requerendo a inclusão dos Deputados Bazana e Delegado Jacovós como coautores do Projeto de Lei n.º 320/2025.

Justificativas de ausências.

Deferidos conforme o art. 97, § 4.º, do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês ausência injustificada): **Requerimento n.º 1082/2025**, do Deputado Delegado Jacovós, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 7 de maio de maio de 2025; **Requerimento n.º 1123/2025**, do Deputado Requião Filho, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 13 de maio de 2025.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, IV do Regimento Interno (Deputado que, por indicação do Presidente estiver representando a Assembleia): **Requerimento n.º**

1083/2025, do Deputado Alisson Wandscheer, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 7 de maio de 2025.

Deferidos conforme o art. 97, § 3.º, I do Regimento Interno (por motivo de doença, mediante apresentação de atestado médico): **Requerimento n.º 1084/2025**, da Deputada Mabel Canto, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 6 de maio de 2025; **Requerimento n.º 1122/2025**, do Deputado Batatinha, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 19 a 21 de maio de 2025; **Requerimento n.º 1129/2025**, do Deputado Evandro Araújo, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 19 de maio de 2025.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando uma **Sessão Extraordinária** na sequência e duas outras Sessões para amanhã, terça-feira, no horário regimental, sendo uma **Sessão Ordinária** e uma **Sessão Extraordinária** na sequência, com as seguintes **Ordens do Dia: Sessão Extraordinária** – 2.º Turno do Projeto de Resolução n.º 4/2025; **Sessão Ordinária de terça-feira** – Redação Final dos Projetos de Lei n.ºs 199/2024, 50/2025, 103/2025 e 130/2025, 2.º Turno do Projeto de Lei Complementar n.º 3/2025, dos Projetos de Lei n.ºs 464/2024, 66/2025 e 259/2025 e do Projeto de Resolução n.º 4/2025, 1.º Turno dos Projetos de Lei n.ºs 757/2024 e 289/2025 e Turno Único dos Projetos de Lei n.ºs 407/2024, 626/2024 e 141/2025; e **da Sessão Extraordinária de terça-feira** – 2.º Turno do Projeto de Lei n.º 289/2025.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 16h55, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)